

**Nº02 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 25 de janeiro
de 2018. -----**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, a qual inclui uma reunião parlamentar, às 10:30 horas, de Comissão às 14:00 horas e reunião plenária às 15:00 horas com votações no final. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, tendo começado a sua intervenção, mediante a apresentação da cronologia dos factos correlacionados com a execução do projeto das termas romanas, conforme documento lido, pelo Vereador interveniente, em voz alta, e cujo teor, seguidamente, se transcreve, para todos os efeitos legais: -----

Cronologia do processo "Museu das Termas Romanas"
Considerandos iniciais: -----

- É extraordinário para Chaves e para Portugal a descoberta das "Termas Terapêuticas de *Aquae Flaviae*", é minha firme convicção; ----
- A escavação e proteção do achado constituíram um processo de grande complexidade, daí o considerável número de anos que tem levado todo este processo; -----
- Sobre este processo, como em todos os outros de natureza semelhante, todas as decisões políticas foram tomadas tendo como base propostas técnicas. Enquanto exerci funções políticas executivas na

Câmara Municipal de Chaves nunca elaborei Programas de Concurso, Cadernos de Encargo ou Termos de referência. Como é natural, defini ou ajudei a definir os objetivos a atingir. Sempre que tomei decisões políticas na aprovação de projetos tive sempre como base de decisão os estudos elaborados pelos técnicos, os projetos técnicos e os pareceres elaborados pelos serviços técnicos da câmara agindo sempre em conformidade com aquilo que me foi proposto. -----

A propósito da desinformação das peças jornalísticas do jornal "Público", do programa da RTP 1 "Sexta às nove" e da rede social facebook, entendo esclarecer o seguinte: -----

1. Em **2005**, na sequência da execução das "sondagens arqueológicas" para a eventual construção de um parque de estacionamento, foi descoberta uma estrutura que tudo indicava poder tratar-se de um "Balneário Romano"; -----

2. A ideia da construção do parque de estacionamento foi abandonada;

3. Tínhamos, então, duas possibilidades: tapar os "buracos" das sondagens ou proceder à escavação total para se descobrir a valia e dimensão do achado. Participei, na qualidade de vice-presidente, na tomada de decisão de se executar uma escavação total para se descobrir qual a verdadeira valia e dimensão do achado. Participei com entusiasmo nessa decisão, e a minha opinião teve uma importância relevante. Se essa decisão foi errada, então, assumo a culpa da mesma; -----

4. Em **2006** teve início a escavação total ("Entre 2006 e 2008 foi escavada a área central do monumento romano, havendo uma interrupção até 2012 para financiamento da obra."). A escavação evoluiu até onde as condições de segurança o permitiram. O nível da descoberta era já muito promissor - uma piscina grande (piscina A), uma piscina pequena (piscina C), um canal (Conduta 1) e a muralha seiscentista; -----

5. Em **2008** as escavações só podiam continuar se se fizesse uma contenção periférica das terras. Na sequência desta realidade foi, então, decidido elaborar um projeto que respondesse a este problema;-

6. **Os serviços arqueológicos da câmara e da Direção Regional de Cultura Norte entenderam que o achado para ser devidamente preservado deveria ser coberto;** -----

7. Foi aberto um concurso para a elaboração do projeto. Eram objetivos desse primeiro projeto: a contenção periférica das terras; a continuação da escavação arqueológica (escavação total) em condições de segurança; a cobertura do espaço para a proteção do achado e a criação de um espaço museológico. Participei ativamente na definição destes objetivos. Nesta fase não eram ainda conhecidas a nascente que se encontrava sob a muralha seiscentista e as nascentes da piscina B (tanque ladeado totalmente por escadas). A quantidade de água mineral quente não foi referenciada por ninguém (serviços técnicos ou outros) como possível fator capaz de originar fenómenos de grande evaporação. Os termos de referência do concurso para a elaboração do projeto não manifestaram qualquer preocupação com a evaporação da água (os termos de referência não foram elaborados por nenhum responsável político);

8. Foi referindo-me a esta fase (2008 a 2010) do conhecimento do achado, que eu referi que, nem eu, nem ninguém, sabia da existência de nascentes de água quente no balneário (Imagens 2 e 3 do anexo). A muralha seiscentista (*castellum*), à data, ainda não tinha sido desmontada totalmente. Com o seu desmonte total veio a descobrir-se uma nascente de água mineral quente e um sistema de tanques para a distribuição de água pelo balneário. A "piscina B" do balneário, onde nasce a grande quantidade de água só foi escavada em 2014; -----

9. O projeto foi adjudicado ao gabinete que apresentou melhor proposta; -----

10. Em **2009**, como a muralha seiscentista constitui património nacional, foi preciso obter uma autorização especial para proceder à sua demolição, processo que demorou uns meses; -----
11. Obtida a autorização, procedeu-se ao desmonte parcial da muralha seiscentista (exclusivamente a parte da muralha que assentava na "piscina A") através de empreitada. A deliberação de adjudicação foi tomada na reunião de 24.09.2009 e o valor da mesma foi de € 55.348,83 (IVA incluído); -----
12. Com esta empreitada, desmonte da muralha, podemos afirmar que ficou concluída a primeira fase - A fase da Descoberta do Achado; ---
13. Em **2010** (9 de setembro) foi assinado um contrato adicional para reformulação do projeto contratado em 2008. Lembro que, à data, eu era deputado (outubro 2009 / junho 2011) e que, consequentemente, não exercia funções executivas em regime de permanência. Não participei na tomada de decisão e na definição dos novos objetivos. Este projeto serviu para a candidatura ao programa ON2 e para o concurso de empreitada. Como até 2010 não eram conhecidas as origens de água, na elaboração dos termos de referência para a reformulação do projeto o fenómeno da evaporação não constituiu preocupação. As declarações por mim proferidas (*nem eu, nem ninguém, sabia que nascia água quente no balneário*) na peça jornalística, truncadas e fora de contexto, geraram imensos equívocos e comentários injuriosos; -----
14. O projeto foi aprovado pelo executivo municipal, após ter obtido os necessários pareceres, nomeadamente, da Direção Regional de Cultura Norte; -----
15. O projeto foi, então, elaborado mantendo parte da muralha seiscentista (foto 3 do anexo); -----
16. Em **2012**, na reunião de câmara de 1 de outubro, foi deliberada a adjudicação da execução da obra, na sequência de um concurso público. A deliberação foi tomada por unanimidade e o valor da empreitada é de € 1.908.000,00 (IVA incluído); -----
17. Na sequência do início da obra, é retomada a escavação arqueológica (Entre 2006 e 2008 foi escavada a área central do monumento romano, havendo uma interrupção até 2012 para financiamento da obra."); -----
18. Em **2013**, a Direção Regional de Cultura Norte não permitiu a construção dos dois pilares ao centro e o projeto teve de ser alterado;
19. A piscina ladeada por escadas (piscina B) ainda não estava completamente escavada ("Entre 2006 e 2008 foi escavada a área central do monumento romano, havendo uma interrupção até 2012 para financiamento da obra. As escavações retomam nesse ano, tendo terminado em 2014, aquando da descoberta total do balneário termal."), daí o desconhecimento da real dimensão do caudal de água que nasce no chão da piscina B; -----
20. A elaboração do novo projeto foi determinada por despacho de 13.09.2013 do então presidente, Dr. João Batista; -----
21. Na alteração ao projeto foram previstas 14 "chaminés" (os bancos da praça). Os técnicos projetistas imaginaram que a ventilação passiva seria suficiente para ventilar o espaço e evitar o fenómeno de condensação. O projeto e a solução de ventilação obtiveram parecer favorável dos serviços técnicos municipais e da Direção Regional de Cultura Norte; -----
22. Em **2014**, a obra prossegue com o novo projeto - vão total. A escavação fica concluída e finalmente tem-se conhecimento das grandes nascentes na piscina B ("Entre 2006 e 2008 foi escavada a área central do monumento romano, havendo uma interrupção até 2012 para

financiamento da obra. As escavações retomam nesse ano, tendo terminado em 2014, aquando da descoberta total do balneário termal.”);

23. **2015** - Após a cobertura do achado, no inverno de 2015 constata-se que a solução de ventilação passiva era manifestamente insuficiente. A real dimensão do fenómeno de evaporação e condensação só é perceptível com a construção da fachada sul e com a colocação das venezianas nos bancos “chaminés de ventilação”; -----

24. Impõe-se, agora, sublinhar que após as deliberações de aprovação do projeto e de adjudicação da empreitada a condução do processo é fundamentalmente técnica e não política; -----

25. A empreitada de 5.11.2012 (data de assinatura do contrato) foi concluída sem se resolver o problema da condensação que só se manifesta no inverno. Durante as outras estações do ano o espaço reúne condições para ser visitado. Ficou assim concluída a segunda fase - fase da Proteção do Achado; -----

26. **2016** - Foi aberto um concurso público para a elaboração do projeto da terceira fase (publicado no diário da república de 2016.05.31) - Conservação e Musealização do Achado. Mais uma vez, este novo projeto, mereceu parecer favorável dos serviços técnicos municipais e de todas as entidades. Tal como todos os outros projetos, a elaboração do projeto teve um acompanhamento técnico e uma validação técnica por parte dos serviços municipais; -----

27. Em **2017.04.10** foi aberto um concurso público para a execução da empreitada da terceira fase (Musealização das Termas Romanas de Chaves). O valor da empreitada é de € 1.054.729,65 (IVA incluído); --

28. A execução da obra foi candidata ao programa Norte 2020, tendo sido a candidatura aprovada e com uma taxa de participação de 85%;

29. **2018** - A obra ainda não foi consignada. -----
Estou neste processo com total tranquilidade, tomei as decisões políticas que entendi adequadas, tendo sempre como base de decisão os estudos elaborados pelos técnicos, os projetos técnicos e os pareceres elaborados pelos serviços técnicos e sempre de acordo com aquilo que me era proposto. -----

O que constitui, então, desinformação das peças jornalísticas: -----

1. Foram editados excertos das entrevistas absolutamente descontextualizados; -----

2. Quando referi o desconhecimento das nascentes da água termal, estava-me a referir à nascente que estava sob a muralha e às nascentes da piscina B que só foram descobertas com a empreitada a decorrer (2012 - 2014) logo, o projeto que foi objeto de empreitada em 2012 não pôde ter as nascentes em consideração porque simplesmente não eram conhecidas, nem por mim, nem por ninguém; -----

3. Não é verdade que já tenham sido gastos € 3.427.983,74, como foi referido no programa “Sexta às nove”. Este valor será atingido com a concretização da nova empreitada que ainda não está consignada e possui um valor de € 1.054.729,65. Terão, eventualmente, sido gastos € 2.373.254,09. -----

.

Senhor Presidente, -----

“Pior do que errar, é persistir no erro”. Se considera o que está feito um erro, corrija-o, não persista no erro. -----

Não proceda à consignação da empreitada de “Musealização das Termas Romanas de Chaves”, anule o contrato e poupe o valor da empreitada que é de € 1.054.729,65 (IVA incluído). -----

Anule o contrato, à semelhança do que fez na “Requalificação do Terreiro de Cavalaria e construção do centro de convívio”, corrija o “erro”, altere o projeto. -----

Senhor Presidente, -----
 Se não concorda com a cobertura do espaço, anule o contrato de
 empreitada, faça um referendo para encontrar a melhor solução e mande
 elaborar um novo projeto. -----

Senhor Presidente, -----
 Se entende que o projeto de instalação mecânica para resolver o
 problema da condensação não irá resolver a situação, vai provocar
 muito ruído e gastar muita energia, anule o contrato de empreitada e
 mande elaborar um novo projeto. -----

Senhor Presidente, -----
 Se não concorda com as fachadas do edifício, anule o contrato de
 empreitada, faça um referendo sobre o design da estética da fachada e
 mande elaborar um novo projeto. -----

Senhor Presidente, -----
 Se der continuidade ao contrato de empreitada, não poderá voltar a
 escudar-se na desculpa do "projeto herdado", caso se venham a verificar
 problemas. Ainda está tempo de encontrar as soluções que entenda serem
 as mais adequadas. Reafirmo, anule o contrato à semelhança do que fez
 na "Requalificação do Terreiro de Cavalaria e construção do centro de
 convívio", corrija o "erro", altere o projeto. -----

Senhor Presidente, -----
 Desfrute e rejubile com a espuma dos dias que correm, com a firme
 certeza de que a vantagem que hoje obtém com as redes sociais e com a
 desinformação por elas facilmente veiculada, transformar-se-á amanhã,
 numa tremenda e injusta desvantagem. -----

Paços do Concelho, 25 de janeiro de 2018 -----

O Vereador -----

António Cabeleira -----

ANEXO -----

Arqueologia em Portugal -----

150 anos -----

Textos -----

Associação dos Arqueólogos Portugueses -----

Lisboa, 2013 -----

as termas medicinais romanas de chaves -----

Sérgio Carneiro / Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Chaves
 / sergio.carneiro@chaves.pt -----

"Piscina B -----

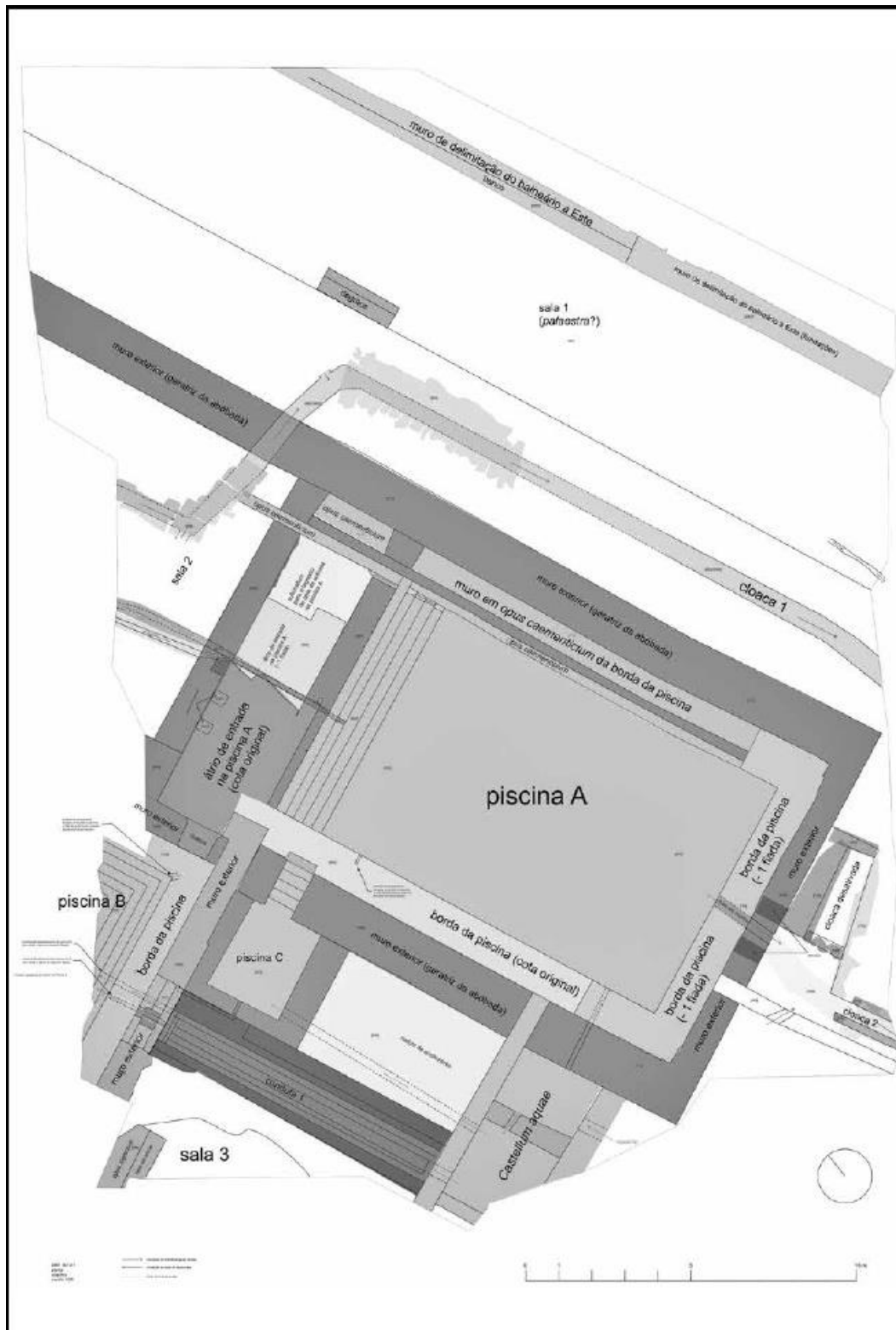
: Parcialmente escavada no momento em que se redigem estas linhas, tem
 seis degraus graníticos a toda a volta com uma altura média de 28 cm.
 Não foram detectados quaisquer indícios da cobertura desta piscina.
 Esta estrutura é anterior às restantes áreas do complexo: os muros do
 edifício da piscina A, o átrio desta e a sala 2, assim como o da
 piscina C, encontram-se adossados aos desta piscina e adaptam-se à sua
 preexistência. -----

Conduta 1 -----

: Saindo do castellum aquae, esta conduta(9,25 x 2,20m) é construída
 em opus caementicium forrado a grandes blocos graníticos que formam
 três degraus de cada lado e cuja função é alimentar a piscina B a duas
 alturas diferentes e seguir sob o pavimento desta, para alimentar
 outras áreas a Norte, ou percorrer uma distância maior e ligar com a
 entrada de água termal na piscina A entre os degraus alimentando-a com
 água arrefecida de forma a controlar a temperatura do banho." -----

**Nota: Em 2013, ainda se pensava que a "Conduta 1" alimentava a "piscina
 B", coisa que se veio a revelar em 2014 não ser verdade. É na "piscina
 B" onde nasce o grande caudal de água mineral quente. -----**

Imagem 1 -----



Desenho de 2013

Imagem 2



Foto de 2009 – Ainda não se tinha processado o desmonte da muralha.--
Nesta fase ainda não são conhecidas as nascentes de água mineral
quente. -----

Imagem 3 -----



Foto de 2010 – Aspetto do achado após a empreitada de desmonte da muralha
seiscentista -----

A escavação manteve-se inalterada até ao início da empreitada de 2012.-
Observação: **nesta fase (2006 - 2012), ainda não tinha sido descoberta
nenhuma origem de água (nascentes).** -----

Foi com este nível de conhecimento que os serviços técnicos da câmara
elaboraram as peças (programa de concurso, caderno de encargos e termos
de referência) para a elaboração do projeto para a construção do "Museu
das Termas Romanas de Chaves". -----

Imagem 4 -----



2012 - Imagem do projeto inicial. -----

Em 2013 a Direção Regional de Cultura do Norte não permitiu a instalação dos dois pilares centrais (apesar do parecer favorável condicionado) e obrigou a Câmara a alterar o projeto. -----

Como se pode verificar o projeto inicial ainda não contempla a "piscina B" na sua totalidade porque ainda não estava "escavada".-

PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DO ACHADO COMO PATRIMÓNIO NACIONAL -----

Notícia: JN - Margarida Luzio - 10 de novembro 2008 -----

A Câmara de Chaves candidatou a património nacional as descobertas arqueológicas do Arrabalde. -----

Em causa estão vestígios do mais bem conservado balneário termal da Península Ibérica. O local vai ser um museu. -----

Já se encontra no Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitetónico (IGESPAR) o pedido de classificação do balneário termal romano descoberto nas escavações feitas na praça do Arrabalde, no centro de Chaves, aquando da construção de um parque de estacionamento subterrâneo (entretanto transferido, já em forma de silo-auto, para uma zona próxima). A autarquia pretende que o local, onde irá ser construído um museu, seja classificado como Monumento Nacional, à semelhança da Ponte Romana. -----

As prospeções arqueológicas feitas no local terminaram há já alguns meses e não deixam margem para dúvidas. "Estamos perante o mais bem conservado balneário termal da Península Ibérica, que nos dá informações de como funcionavam os balneários terapêuticos na época", garante o arqueólogo municipal Sérgio Carneiro." -----

PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO ACHADO COMO PATRIMÓNIO NACIONAL ---

As Termas Medicinais Romanas de Chaves encontram-se classificadas como monumento nacional (MN) pelo Decreto 31-H/2012, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 252, de 31 de dezembro. -----

Nota: O governo demorou 4 anos para classificar o achado como monumento nacional. -----

Em resposta à intervenção, apresentada e acima, transcrita, usou, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----

1 - Se o Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira, pretendia, com a sua intervenção, que antecede, repor a verdade, sobre os factos relacionados com a execução do projeto, em apreciação, deveria ter utilizado o direito de resposta, legalmente, consagrado, junto do Órgão de comunicação social que veio a tomar posição pública, sobre a matéria. -----

2 - Esta intervenção deveria, assim, ter sido prestada, nos canais próprios, exercendo, o Vereador interveniente, o seu direito de pública defesa, sobre a matéria, aparentemente, controvertida. -----

3 - Esta exposição não é mais do que uma tentativa política de aligeirar responsabilidades, pela condução deste relevante dossiê. --

4 - Por outro lado, não fica muito bem imputar a responsabilidade, sobre a matéria, aos serviços técnicos municipais, até porque alguns dos factos registados eram do conhecimento da estrutura política, à data da sua prática, responsável, tendo esta a obrigação de corrigir todas as situações erróneas, as quais, direta ou indiretamente, acabaram por prejudicar o normal desenvolvimento deste processo. ----

5 - Só agora, face a esta avalanche informativa, é que o Senhor Vereador entendeu fazer uma avaliação da situação. -----

6 - A intervenção deste Executivo circunscrever-se-á muito mais no sentido de encontrar uma solução e muito menos na inventariação dos erros do passado, nomeadamente, no que diz respeito à solução técnica, agora, projetada, em matéria relacionada com a ventilação do edifício.

7 - A solução conceptual do projeto foi herdada, por este Executivo, mediante a celebração de um contrato de empreitada, situação, diga-se, que não é comparável com o projeto de requalificação do jardim do bacalhau, quer pela sua dimensão arquitetónica, quer pela sua dimensão histórica, turística e financeira. -----

8 - No âmbito do empreendimento, em curso, irão ser colhidas as necessárias opiniões técnicas, sobre a matéria, sendo certo que, se isso for considerado pertinente, poder-se-á chamar à colação a participação dos cidadãos, na esteira do exercício de uma democracia cada vez mais participativa e que não deve dispensar o envolvimento dos cidadãos. -----

9 - Esta intervenção, do Vereador do PSD, não é mais que uma tentativa de branqueamento dos factos revisitados. -----

10 - A verdade é como o azeite: a verdade vem sempre ao de cima! ----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

1 - Não pretende fazer qualquer branqueamento político, sobre a matéria, em apreciação. -----

2 - É um facto incontornável que, à data, ninguém sabia que a nascente de água se registava no interior do próprio balneário termal romano.

3 - Exerceu, no âmbito deste dossiê, a sua competência política, sendo sua convicção que, tal ação, não podia prejudicar a autonomia técnica centrada na preparação dos projetos técnicos do empreendimento e, bem assim, na fiscalização e condução técnicas da própria empreitada. ---

4 - No processo, em causa, houve uma absoluta incompreensão da DRCN, no que concerne à imposição desproporcional de alterações ao projeto de execução, sendo certo que a ponderação deste projeto e sua evolução não foi indiferente à pressão indissociável à execução financeira da

candidatura que lhe deu suporte, sob pena de comprometimento do financiamento externo conquistado, no âmbito do respetivo quadro comunitário aplicável. -----

5 - O projeto, em execução, mereceu parecer favorável de todas as entidades externas responsáveis. -----

6 - A sua convicção centra-se na ideia de que, à data dos factos, quer a estrutura política responsável, quer os respetivos serviços técnicos e de assessoria, não dispunham de toda a informação relevante, sobre todas as matérias relacionadas com o projeto. -----

7 - Quanto à dimensão do valor financeiro deste projeto, comparativamente, com o valor financeiro do projeto de requalificação do Terreiro de Cavalaria, dever-se-á registar que, partindo da expressão financeira dos contratos de empreitada celebrados, tal diferença não é muito significativa. -----

Em resposta à intervenção, apresentada, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte:-

1 - A avaliação, à data de hoje, dos factos mais relevantes relacionados com a execução do projeto, em apreciação, apontam para a existência de um erro relevante, no que concerne à solução técnica de ventilação do edifício, erro esse que importa ultrapassar. -----

2 - Neste contexto, já foi solicitada a colaboração do LNEC, em vista a garantir uma tomada de decisão mais segura, sobre a matéria. -----

Encerrado este assunto, o Presidente da Câmara, solicitou, junto do Vereador Arq. António Cabeleira, esclarecimentos adicionais, sobre os seguintes dossiês que correm seus termos na autarquia, a saber: -----

I - Extinção da Sociedade "Chavespolis, SA": Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara procurou apurar, junto do mencionado Vereador, as razões e os motivos que justificam a ausência de encerramento deste dossiê, mediante a liquidação da sociedade, em causa. -----
De facto, foi com alguma surpresa que veio, recentemente, a constatar a ausência de conclusão deste processo. -----

Em resposta, usou, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Em outubro de 2009, formalizou o seu pedido de renúncia ao mandato de administrador da Sociedade "Chavespolis, SA", considerando a incompatibilidade de tais funções com as funções de deputado, na Assembleia da República, que, à data, exercia. -----

2 - A partir daí, não teve mais intervenções, no âmbito da dita sociedade. -----

3 - Fazendo fé nas informações que lhe foram prestadas, sobre a matéria, o processo de extinção da sociedade não se encontra, ainda, concluído, considerando que as expropriações promovidas, pela sociedade, ainda não estão concluídas, correndo, ainda, ações judiciais, junto dos Tribunais. -----

4 - Razão pela qual, não estavam reunidas todas as condições formais e administrativas indispensáveis à extinção da sociedade. -----

5 - Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Chaves, foram, por si, promovidas as diligências tidas como necessárias, em vista à extinção da sociedade, quer junto da CCDRN, quer junto da tutela, sendo certo que o Estado Português é o acionista maioritário. -----

II - Eventual pagamento de honorários por serviços de conceção/projeto: Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara procurou

apurar da veracidade da informação que lhe foi, recentemente, facultada, pelos projetistas contratados, no âmbito do projeto liderado, pela denominada sociedade "Flávidesporto". -----
De facto, tais projetistas vieram a reclamar o pagamento de honorários, pelos serviços de conceção, segundo afirmaram, prestados, no âmbito dos projetos de execução encomendados, pela retrocitada sociedade. --
Tais factos são do seu, absoluto, desconhecimento, limitando-se, por isso, a transmitir, aos projetistas interessados, que iria encetar diligências, tendo em vista a recolha de toda a informação disponível, sobre a matéria. -----

Em resposta, usou, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

- 1 - A sociedade "Flavidesporto", foi objeto de liquidação legal, sendo, em tal sede, definidos os encargos imputados a cada um dos sócios. --
- 2 - Os encargos relacionados com a existência de uma eventual dívida a tais projetistas constam do plano de responsabilidades financeiras imputadas à autarquia, no valor de aproximado de 12 mil euros. -----
- 3 - Tal valor é, substantivamente, inferior aquele que, ora, é reclamado, pelos projetistas interessados, estimado, em aproximadamente, 170 mil euros. -----
- 4 - De facto, o valor de encerramento das contas da sociedade, no âmbito do procedimento de liquidação, regista uma dívida, aos interessados, de, aproximadamente, 12 mil euros e não o valor, por estes, ora, reclamado. -----

Em resposta à intervenção, apresentada, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte:-
Esta sociedade, a qual não deixou qualquer marca física visível, acabou por ser geradora de um número significativo de encargos, facto que não deixa de suscitar um grande sentimento de estranheza, relativamente aos critérios de gestão adotados, à data, sobre a matéria. -----

II - Pagamento de encargos, à entidade promotora, no âmbito da organização do Torneio anual de Futebol de Praia: Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara interpelou, o Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira, relativamente, ao pagamento de encargos, recentemente, apresentado, junto da autarquia, pela entidade promotora do evento desportivo, identificado, em epígrafe. -----
Tal pagamento é justificado no facto da entidade promotora ter assumido encargos relacionados com obras de manutenção da infraestrutura desportiva que dá apoio à organização do torneio. -----

Em resposta, usou, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

- 1 - No pretérito ano, aquando da realização de tal evento desportivo, não sendo, objetivamente, possível a realização, em tempo oportuno, de uma empreitada, a entidade promotora comprometeu-se a executar os trabalhos de melhoramento do recinto desportivo. -----
- 2 - Sendo certo que a autarquia assumiu, à data, a responsabilidade, pela assunção dos correspondentes encargos, mediante a concessão, à entidade promotora, de um apoio pecuniário de igual valor. -----
- 3 - Tal compromisso veio a ser, por si, assumido, pedindo relevação pelo facto de não ter dado, oportunamente, conhecimento do mesmo ao atual Executivo Municipal. -----

I
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 11 de janeiro de 2018. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. REGIME EXCECIONAL E TRANSITÓRIO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INTEGRADOS NO 2º E 3º GRUPO DO REGULAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTOS DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES PROPOSTA Nº 2/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Considerando que o novo Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor no Concelho de Chaves, foi publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; -----

2. Considerando que, nos termos do disposto no nº1, do art. 4º do aludido Regulamento Municipal, os estabelecimentos de bebidas e ou restauração, bem como os estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo, situados em edifícios de habitação, individual ou coletiva, ou que se localizem em zona com prédios destinados ao uso habitacional num raio de 50 metros, apenas podem adotar o horário de funcionamento entre 8horas e as 24horas. -----

3. Considerando que, nessa perspetiva, e de acordo com a aludida disposição Regulamentar, os estabelecimentos enquadrados no nº 1, do art. 4º apenas podem adotar o horário de funcionamento entre 8horas e as 24horas; -----

4. Considerando que, desde a aprovação do aludido Regulamento Municipal, tem vindo a ser administrativamente sancionados, sucessivos, regimes transitórios de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadram nas situações previstas no art. 4º do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vista a permitir a concretização da revisão do referido Regulamento Municipal; -----

5. Considerando que, nesta justa medida, e acolhendo a experiência de aplicação do referido Regulamento Municipal, o Município de Chaves pretende dar início a um novo procedimento de revisão do referido regulamento municipal, alterando substancialmente o mesmo, revogando o procedimento de alteração ao aludido instrumento regulamentar anteriormente adotado por deliberação tomada, pelo órgão executivo municipal, em 18 de agosto de 2017; -----

6. Considerando que, à luz do princípio da proporcionalidade, importa, por isso, reponderar, a aplicação do regime transitório, em

matéria de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, prorrogando os seus efeitos **pelo período de mais 6 meses**; -----

7. Considerando que o alargamento dos períodos de funcionamento de qualquer atividade económica está condicionada pela audição das entidades externas previstas no n.º 5, do art. 10º, do referido Regulamento - ACISAT, DECO¹, Juntas de Freguesia urbanas² -; -----

8. Considerando que, nesse sentido, tais entidades externas emitiram parecer favorável ao alargamento, excecional e transitório, do horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do 2º grupo e que se enquadram nas situações do art. 4º do novo regulamento municipal, conforme documentos cujo teor se anexam à presente proposta; -----

9. Considerando que os efeitos da presente proposta são substantivamente idênticos às anteriores decisões administrativas tomadas, sobre a matéria, ou seja, aplicação de um regime excecional e transitório quanto ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais com incidência no 2º grupo de estabelecimentos, regime, esse, que deverá vigorar até à aprovação e entrada em vigor da revisão do novo regulamento municipal; -----

10. Considerando, ainda, que durante o período proposto para o novo regime transitório (6 meses), irão ser realizadas as festividades do Carnaval, e, bem assim, da Páscoa, as quais trazem inúmeras pessoas à cidade de Chaves, não só tendo em vista a realização de encontros familiares, nomeadamente, jovens estudantes a residir fora deste Concelho e emigrantes, mas também turistas, constituindo, assim, uma excelente oportunidade de negócio para os estabelecimentos comerciais do Concelho de Chaves; -----

11. Considerando, por último, que se encontram reunidos os pressupostos indispensáveis ao agendamento deste assunto, para uma próxima reunião de câmara, em vista ao sancionamento administrativo da correspondente proposta centrada, precisamente, na aplicação transitória do regime de horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, muito concretamente, aqueles que se enquadram nas situações previstas no art. 4º do regulamento em vigor.

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de propor ao órgão executivo municipal, a aprovação da seguinte proposta, a saber:-----

a) Prorrogar os efeitos do regime transitório de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadrem nas situações previstas no art. 4º do Regulamento

¹ Pese embora, a posição da entidade externa consultada, no caso DECO, não se encontre devidamente formalizada junto do presente processo, tal Associação, até à presente data, nunca se opôs a qualquer redução e ou alargamento de horário de funcionamento proposto pela Câmara Municipal, tendo emitido sempre parecer favorável.-----

² Diga-se, em abono da verdade, que o regime excecional e transitório que se pretende introduzir tem uma incidência maioritária sobre as freguesias urbanas do Concelho. Neste sentido, a auscultação de todas as freguesias do Concelho iria comprometer a entrada em vigor do regime excecional e transitório que ora pretendido. Nesta justa medida, apenas foram auscultadas as Juntas de freguesia urbanas - Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, a Junta de freguesia da Madalena e Samaiões -, nas quais se localizam, maioritariamente, os estabelecimentos comerciais integrados no 2º grupo e que irão beneficiar do regime excecional e transitório ora proposto.-----

de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, ou seja, **permitir que os referidos estabelecimentos comerciais possam funcionar até às 2 horas, durante todos os dias da semana, pelo período de mais 6 meses ou, caso tal período se mostre insuficiente, até que esteja concluído o procedimento de alteração do respetivo instrumento regulamentar;** -----

b) Que seja, ainda, praticada decisão administrativa, consubstanciada na autorização de alargamento, excecional, **em mais 1 hora**, para os estabelecimentos integrados no **2º e 3º grupo** do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, **para a celebração das festividades abaixo indicadas e nos seguintes dias:** -----

- Feira dos Sabores: na noite de sexta-feira (dia 2 de fevereiro) para sábado e na noite de sábado (dia 3 de fevereiro) para domingo; ----

- No Carnaval: na noite de sexta-feira (dia 9 de fevereiro) para sábado, na noite de sábado (10 de fevereiro) para domingo e na noite de segunda-feira (dia 12 de fevereiro) para terça-feira, dias que antecedem o dia de Carnaval; -----

- Na Páscoa: na noite de quinta-feira santa (dia 29 de março) para sexta-feira, na noite de sexta-feira santa (dia 30 de março) para sábado e na noite de sábado (dia 31 de março) para domingo, dias que antecedem o Domingo de Páscoa. -----

c) Para efeitos da presente proposta, as entidades exploradoras dos estabelecimentos comerciais integrados no 2º e 3º grupo do Regulamento Municipal, deverão assegurar o encerramento³ do estabelecimento à hora fixada; -----

d) Determinar a revogação do procedimento de alteração do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em curso e que se encontra, na presente data, em fase de apreciação pública, devendo ser promovida a devida publicitação da extinção dos efeitos de tal procedimento administrativo, nos termos do art. 165º do CPA; -----

e) Sequencialmente, autorizar o início do procedimento de alteração do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, em vista à preparação de proposta a ser submetida aos órgãos municipais competentes, dando escrupuloso cumprimento ao art. 135º e ss do Código do Procedimento Administrativo;

f) Sequencialmente, dever-se-á proceder à devida publicitação de tal decisão administrativa, no estrito cumprimento do disposto no art. 56º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

g) Por último, dever-se-á dar conhecimento da decisão que vier a ser tomada, sobre matéria, aos órgãos competentes em matéria de fiscalização do cumprimento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, à Polícia de Segurança Pública de Chaves, tudo isto, nos termos do art. 5º do DL nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro. -----

³ Considera-se que o estabelecimento comercial está encerrado: -----

i. Quando, cumulativamente, tenha a porta fechada e não permita a entrada de clientes, cesse o fornecimento de quaisquer bens ou a prestação de quaisquer serviços, quer no interior, quer no exterior do estabelecimento, e estejam desligados todos os equipamentos de som e/ou audiovisuais. -----

i.i Após o horário de encerramento fixado, concede-se um período de tolerância de 15 minutos, em vista a permitir a saída, pacífica, dos clientes que ainda permaneçam no interior do estabelecimento. -----

Chaves, 19 de janeiro de 2018 -----
 O Presidente da Câmara -----
 (Nuno Vaz) -----

Em Anexo: Pareceres emitidos pelas referidas entidades externas. ----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido os seguintes comentários, sobre a matéria: -----

1 - Esta proposta é, substantivamente, idêntica à proposta que veio a ser, recentemente, apreciada e votada, por este Executivo Municipal.-

2 - Neste contexto, em coerência com as razões, então, aduzidas, os vereadores do Partido Social Democrata irão manifestar o sentido de voto desfavorável à aprovação da proposta. -----

3 - Por último, questionou, o Presidente da Câmara, sobre os motivos que determinaram a revogação do procedimento de revisão do regulamento, em curso. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A solução a desenvolver, em matéria de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, deve ser, na medida do possível, consensualizada, entre todos os atores envolvidos, ou seja: -----

- Autarquia; -----

- Proprietários dos estabelecimentos; -----

- Forças policiais; -----

- Consumidores. -----

O regulamento administrativo, em causa, deve, assim, fazer uma adequada síntese entre, por um lado, a dimensão económica e turística que esta relacionado com o funcionamento, destes estabelecimentos comerciais, e, por outro lado, da qualidade de vida e o sossego dos cidadãos e das populações locais. -----

Tal conciliação de interesses irá determinar uma melhor gestão de todas as matérias relacionadas com a poluição sonora e com a adequada preservação da ordem pública, razões justificadoras do início de um novo procedimento de aprovação do respetivo regulamento. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA LOJA N.º 1, DO EDIFÍCIO JARDIM, AVENIDA DA RAPOSEIRA, CHAVES- INUNDAÇÃO; RUI MOUTINHO FERNANDES. INFORMAÇÃO N.º 7/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 8484, datado do pretérito dia 30/10/2017, a sociedade de advogados V&M veio, em representação de Rui Moutinho Fernandes, solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na fração autónoma designada por "Loja n.º 1", do prédio urbano constituído em propriedade horizontal, sito na Avenida da Raposeira, Edifício Jardim, Chaves, na sequência de uma inundação. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que a inundação, em causa, teve como causa, direta e necessária, uma rutura na canalização pública que ocorreu no mês de outubro de 2016, tendo a água afetado o edifício durante vários dias e danificado a fração, supra identificada, ao nível das paredes. -----

3. Para a reparação dos danos, a requerente indica o valor correspondente à quantia de €2.000,00 (dois mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, conforme orçamento produzido por "Luis Videira, Pintor Construção Civil", documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação. -----

4. No dia 06 de novembro de 2017, a Divisão de Águas e Resíduos, produziu a Informação n.º 247/2017, informando do seguinte: -----

"(...) Confirmando os danos causados nas lojas mencionadas, devido à rotura ocorrida, no dia 09 de setembro de 2016, no Canto do Calvário, como já tinha informado através da Inf. N.º 189/2016 e fotos anexas." ---

5. No mesmo dia, e na sequência da Informação referida supra, a Divisão de Águas e Resíduos emitiu a Informação n.º 270/DAR/2017, informando o seguinte, a saber: -----

"(...) Face ao descrito, cumpre informar, que confirmo a rotura ocorrida, de acordo com a inf. n.º 247/2017, que se anexa, não podendo neste momento confirmar o tipo de danos causados." -----

6. Neste contexto, veio a ser solicitado, à DAR, que se pronunciasse sobre as seguintes questões, a saber: -----

- A rotura, em causa, foi da responsabilidade desta Autarquia Local, ainda que por omissão, enquadrando-se no incumprimento dos deveres gerais de manutenção e conservação da rede de abastecimento pública?

- Ou, em alternativa, teve na sua génese circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser evitadas, independentemente da conduta que viesse a ser adotada pela Autarquia local? -----

7. Através da Informação n.º 182/DAR/2017, a retrocitada unidade orgânica veio informar o seguinte: -----

"A rotura teve circunstâncias imprevistas, não sendo possível determinar as causas". -----

8. Assim, sobre a matéria, e partindo dos pressupostos evidenciados supra, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --

- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----
2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8.º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----
3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----
- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
 - Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
 - Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
 - Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----
4. De igual modo dispõe o art. 483.º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".
5. Por sua vez, o artigo 9.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----
6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10.º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----
7. No entanto, a culpa não tem de ser avaliada segundo elevados padrões de competência técnica, de profissionalismo ou de eficiência, mas segundo o que seria normalmente exigível, nas circunstâncias do caso, para quem detém a qualidade de titular de órgão administrativo ou de funcionário, segundo o disposto no n.º 1, do artigo 10.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas. -----
8. Para tanto, a lei prevê mecanismos de presunção de culpa - com a consequente inversão de ónus da prova - no caso de danos derivados da prática de atos jurídicos ilícitos, e de danos causados por omissão dos deveres de vigilância, previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º do mencionado diploma. -----
9. O regime legal, estabelecido no n.º 2, do artigo 10.º, diz respeito ao estabelecimento de uma presunção de culpa leve para a prática de atos jurídicos ilícitos. -----
10. O n.º 3, do artigo 10.º, prevê, igualmente, uma presunção de culpa leve no caso de incumprimento de deveres de vigilância. -----
11. A admissibilidade desta presunção por aplicação dos princípios gerais da responsabilidade civil, implica a remissão para o n.º 1, do artigo 493.º, do Código Civil. -----
12. Com efeito, é jurisprudência comum do Supremo Tribunal Administrativo, o entendimento de que "*é aplicável à responsabilidade civil extracontratual das Autarquias Locais, por factos ilícitos culposos, a presunção de culpa estabelecida no n.º 1, do artigo 493.º, do Código Civil, que dispõe que quem tiver em seu poder, coisa móvel ou imóvel, com o dever de a vigiar, (...), responde pelos danos, (...),*

salvo se provar que nenhuma culpa da sua parte ou que os danos se teriam igualmente produzido ainda que não houvesse culpa sua". -----

13. Esta posição foi introduzida, ainda que referindo a legislação anterior, pelo Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 03 de Março de 1998, onde se defende que a presunção do n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, é aplicável à responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entes públicos. -----

14. Nestes termos, o dever de indemnização por danos causados por coisas sobre as quais impenda um dever de vigilância deverá ser equacionado no âmbito das omissões ilícitas aplicando-se o regime de inversão do ónus da prova, em correspondência com a lei civil, pois, nos termos do n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, presume-se a culpa de quem tem a obrigação de vigiar a coisa suscetível de causar danos, ou seja, de quem possui a coisa, por si ou em nome de outrem, desde que possa exercer sobre ela o controlo físico. -----

15. Neste contexto, a situação ora em análise subsume-se num problema de responsabilidade civil extracontratual, pela prática de um facto ilícito traduzido na omissão, por parte do Município, dos deveres de manutenção, vigilância e reparação do sistema de abastecimento de água. -----

16. Assim, compete à Autarquia a prova de que não teve qualquer culpa na produção do incidente gerador de danos, bem como de que tomou todas as providências necessárias para impedir o acidente ou de que este se deveu a caso fortuito ou de força maior, determinante, por si só, do evento danoso. -----

17. Ora, no dia 06 de novembro de 2017, a Divisão de Águas e Resíduos, produziu a Informação n.º 247/2017, informando do seguinte: -----

"(...) Confirmo os danos causados nas lojas mencionadas, devido à rotura ocorrida, no dia 09 de setembro de 2016, no Canto do Calvário, como já tinha informado através da Inf. N.º 189/2016 e fotos anexas." ----

18. Verifica-se, portanto, a existência de nexos causalidade entre o facto e o dano, ou seja, a ocorrência do incidente e os estragos por ele provocados na loja, em causa. -----

19. No mesmo dia, e na sequência da Informação referida supra, a Divisão de Águas e Resíduos emitiu a Informação n.º 270/DAR/2017, informando o seguinte, a saber: -----

"(...) Face ao descrito, cumpre informar, que confirmo a rotura ocorrida, de acordo com a inf. n.º 247/2017, que se anexa, não podendo neste momento confirmar o tipo de danos causados." -----

20. Através da Informação n.º 182/DAR/2017, a retrocitada unidade orgânica veio informar o seguinte: -----

"A rotura teve circunstâncias imprevistas, não sendo possível determinar as causas". -----

21. Ora, atendendo ao teor das informações supra identificadas, não é possível, portanto, afastar a presunção de culpa do Município, no caso individual e concreto. -----

22. Assim, em face das conclusões formuladas pela Divisão de Águas e Resíduos, e uma vez que se encontra presumida a culpa do Município, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 10º, do Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, com remissão para o n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, julgamos, salvo melhor opinião, que se encontram reunidos os pressupostos do dever de indemnizar que recai sobre a Autarquia. ----

III - Propostas -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada no deferimento da pretensão formulada pelo requerente, uma vez que decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização⁴; -----

b) Para efeitos de pagamento do valor associado à indemnização pelos danos sofridos na viatura do peticionário, deverá o presente assunto ser encaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, em vista à ativação do seguro de responsabilidade civil junto da respetiva companhia seguradora; -----

c) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 15 de janeiro de 2018. -----
O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018/01/16 -----

Visto. Concordo com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a reunião de câmara, em vista à adoção de deliberação, consubstanciada no deferimento do pedido. À Consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.17. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 18.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA REINSPECÇÃO DE ELEVADORES. REQUERENTE: PATRONATO DE S. JOSÉ. INFORMAÇÃO/PROPOSTA 10/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Através de requerimento escrito com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 478/18, datado do pretérito dia 12/01/2018, o Patronato de São José, com o NIPC 501567615, veio, invocando a sua qualidade de IPSS, requerer a isenção das taxas municipais devidas pela reinspecção de um elevador instalado no Largo do Eiró, n.º 13, Vilar de Nantes, 5400-580 Chaves. -----

2. A requerente instruiu o seu pedido inicial com cópia dos respetivos estatutos e declaração emitida pela Segurança Social, no dia 15/07/2013, confirmando o registo definitivo da alteração dos

⁴ Tudo isto fazendo fé nas Informações produzidas pela DAR, constantes do presente processo administrativo. -----

estatutos da requerente, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública. -----

3. Assim, sobre o presente assunto, cumpre informar o seguinte:---

II - Enquadramento jurídico -----

1. Entre as diversas disposições que dão corpo ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no concelho de Chaves, o capítulo III, prevê as isenções ou reduções de taxas municipais contempladas na tabela em anexo ao mesmo. -----

2. Sobre esta matéria, o n.º 1, do artigo 24º, do retrocitado regulamento, dispõe, expressamente, o seguinte: -----

"Poderão estar isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos que se destinem à directa e imediata realização dos seus fins, desde que lhes tenha sido concedida isenção do respectivo IRC pelo Ministério das Finanças, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC." -----

3. Por força do disposto no n.º 8, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, a apreciação e decisão da eventual isenção ou redução das taxas municipais carece de formalização do pedido, que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais exigíveis em cada caso. -----

4. Ora, da análise do pedido formulado verifica-se que, de acordo com respetivos Estatutos, a requerente tem a natureza jurídica de instituição particular de solidariedade social, dispondo da sua sede social na Rua do Eiró, n.º 13, 5400-580 Chaves, local onde se encontra instalado o elevador. -----

5. De acordo com a listagem publicada pela Segurança Social, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação, a requerente consta entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social devidamente registadas. -----

6. Ora, entre os objetivos definidos no artigo 3º, dos Estatutos Sociais da requerente, figura, inquestionavelmente, a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vidas das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios: -----

- a) Apoiar crianças e jovens; -----
- b) Promover a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; -----
- c) Promover a integração social e comunitária; -----
- d) Proporcionar apoio à família; -----
- e) Promover a educação e formação profissional dos cidadãos. -----

7. Ora, nos termos das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 3.º e 4.º, do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, e ulteriores alterações, consideram-se de apoio social os estabelecimentos em que sejam prestados serviços de apoio às pessoas e às famílias, independentemente de estes serem prestados em equipamentos ou a partir de estruturas prestadoras de serviços. -----

8. Partindo destas premissas, julgamos, salvo melhor opinião, que se encontram reunidas as condições legalmente determinadas para a concessão da isenção pretendida. -----

9. O valor das taxas devidas por cada reinspecção de elevadores corresponde à quantia de 131.85€, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 6º, da Tabela de Taxas, em anexo ao Regulamento Municipal de

Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

10. O pedido, em causa, refere-se à reinspecção de um elevador. ---

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na autorização da isenção de taxas requerida pela peticionária, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 24º, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no concelho de Chaves; -----

b) Sequencialmente, deverá o presente assunto ser reencaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Secção de Taxas e Licenças, em vista à formalização e notificação da isenção de taxas autorizada nos termos propostos na alínea anterior; -----

c) A isenção, que vier a ser concedida, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local; -----

d) De imediato, envio do presente assunto, agora acompanhado da presente informação, para o gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que me cumpre informar, de momento, sobre a presente matéria.

À consideração superior. -----

Chaves, 17 de janeiro de 2018. -----

O Técnico Superior -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 18.01.2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VIATURA PARTICULAR.

REQ: JOSÉ RODRIGUES MARTINS. INF. 216/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia nº 8805, de 26/08/2016, José Rodrigues Martins, veio solicitar a assumpção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização tendente a suportar as despesas relativas aos prejuízos sofridos na sua viatura (matrícula AL-803-EG, Mercedes E 220CDI), na sequência de uma tampa de saneamento levantada, quando circulava na Avenida 5 de Outubro,

próximo do estabelecimento prisional de Chaves e de um contentor do lixo, no sentido de Vilarelho da Raia - Chaves. -----

2. Para o efeito, invoca, que no dia 18 de agosto, pelas 23:30 h, a sua filha, Cecília Rodrigues Martins, acompanhada por dois jovens da sua aldeia - Luís Gameiro e Joel Salgueiro - deslocavam-se na viatura do requerente, e quando passavam, na Av. 5 de Outubro, próximo do estabelecimento prisional e de um contentor do lixo, uma tampa de saneamento levantada provocou danos avultados na sua viatura. -----

3. O requerente instruiu o seu requerimento inicial com os seguintes documentos: -----

- Documento relativo à viatura Mercedes, com a matrícula AL-803-EG, emitido em nome de José Rodrigues Martins; -----

- Fotografia do local do acidente e da respetiva viatura; -----

- Orçamento, referente aos custos associados à reparação da viatura em causa, no valor de € 855,10 (oitocentos e cinquenta e cinco euros e dez cêntimos). -----

4. Na sequência da notificação do requerente, em matéria de audição de testemunhas, este manifestou a intenção, de duas das testemunhas por si arroladas, serem audíveis durante o mês de agosto de 2017, conforme requerimento nº 7081/17, de 30/06/2017. -----

5. Nesta conformidade, ao abrigo do princípio do inquisitório, vieram a ser ouvidas as testemunhas indicadas pelo peticionário, tendo sido elaborado para cada audição, o respetivo auto de declarações, documentos cujo teor, aqui se dão por integralmente, reproduzidos para todos os efeitos legais que se anexam à presente informação. -----

6. Neste contexto, atentos os factos expostos, foi solicitada a colaboração da DAR, em vista a que tal unidade orgânica informasse, sobre o alegado incidente e se a respetiva tampa, identificada com a sigla "CTT", é da titularidade, ou não, do Município. -----

7. Sobre o assunto, a Divisão de Águas e Resíduos, produziu informação da qual decorre, expressamente, o seguinte: -----

" ... Face ao relato, não posso confirmar a ocorrência do acidente, limitando-me a relatar o constante na exposição apresentada; -----

Mais se informa que o setor de saneamento da DAR esteve no local do acidente no dia seguinte, tendo apenas verificado algumas marcas no cimento que envolve a tampa de saneamento, estando a mesma devidamente assente e em perfeito estado de conservação." -----

Quanto ao teor da Informação n.º252/DAR/2017, datada de 09/11/2017, a respetiva unidade orgânica, informou do seguinte: -----

" Dando resposta ao solicitado no ponto II - Proposta da informação nº 184/2017 de 18 de Outubro de 2017 e após consulta ao sector de saneamento desta Divisão informa-se o seguinte: -----

- que a tampa em causa com a sigla "CTT" pertence aos CTT." -----

8. É, pois, no âmbito dos factos acima revisitados que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do Direito -----

1. A pretensão do requerente, insere-se nas normas da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais Pessoas Coletivas Públicas, decorrente da prática de atos ilícitos, no domínio dos atos de gestão pública, enquadrada no art.22.º, da C.R.P. e regulamentada pela Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei 31/2008, de 17 de julho. -----

2. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de actos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei

n.º 67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- d) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -
- e) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --
- f) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

3. Relativamente à responsabilidade por danos decorrentes do exercício da função administrativa encontra-se prevista nos artigos 7.º a 11.º, do retrocitado diploma legal, sem prejuízo das disposições gerais previstas nos artigos 1.º a 6.º. -----

4. Podemos então, sistematizar a responsabilidade da função administrativa, individualizando duas modalidades, a responsabilidade por factos ilícitos e a responsabilidade pelo risco, sendo que o caso "sub judice" se reporta à responsabilidade por factos ilícitos. ----

5. Ora, de acordo com o disposto no n.º1, do art. 9.º, "Consideram-se ilícitas as acções ou omissões dos titulares de órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos." -----

6. O que significa que o Município será responsável pelo pagamento dos peticionados danos quando se concluir que os seus órgãos ou agentes praticaram, por acção ou omissão, no exercício das suas funções e por causa desse exercício, atos de gestão ilícitos e culposos e que foram estes a provocar aqueles danos. -----

7. Sendo certo que a responsabilidade civil por atos de gestão pública corresponde, no essencial, ao conceito civilístico de responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos que tem consagração legal no art.483.º ⁵, do Código Civil tem como elementos constitutivos: o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano. -----

8. Assim, para que tal responsabilidade exista é necessário que se verifiquem de forma cumulativa os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos e culposos. -----

Integram os referidos pressupostos: -----

- O Facto ilícito - trata-se de um comportamento ou conduta do titular de um órgão ou por um trabalhador da entidade pública, podendo revestir a forma de uma acção ou de uma omissão; -----

- A ilicitude do facto praticado decorrente da violação de princípios ou normas constitucionais, legais ou regulamentares, de regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado ou prudência comum, ou que resulte do funcionamento anormal do serviço, o qual cause a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos (n.º1 e 2, do art. 9.º, da Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações); -

- A Culpa - é o nexo de imputação ético jurídico, que na forma de mera culpa (negligência) traduz a censura dirigida ao autor do facto por não ter usado da diligência que teria o homem normal perante as circunstâncias do caso concreto ou neste âmbito de responsabilidade. A Culpa dos titulares de órgãos e agentes deve ser apreciada pela diligência e aptidão (de um bom pai de família) que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão ou agente típico zeloso e cumpridor, presumindo-se a existência

⁵ " Aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação". -----

de culpa leve na prática de atos jurídicos ilícitos ou sempre que tenha havido incumprimento de deveres de vigilância (art.10.º). De acordo com o princípio do ónus da prova a que alude o art.342.º, do C.C. é ao lesado quem incumbe alegar e demonstrar a culpa do autor da lesão, salvaguardando os casos de existência de presunção legal de culpa. -----

- O Dano, traduz-se na lesão, patrimonial ou não patrimonial, causados na esfera jurídica de terceiros (n.º3, do art.3.º, da Lei n.º67/2007, de 31/12 e ulteriores alterações); -----

- O Nexo de Causalidade entre o facto ilícito e o dano, ou seja, é necessário que em termos abstratos o facto ilícito causador do dano seja apto a produzi-lo, e que este não tenha ocorrido por força de circunstâncias excepcionais, anormais ou anómalas que tenham influenciado no caso concreto. -----

Enunciados que estão todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, cabe apurar se estão verificados os pressupostos da responsabilidade civil no caso "sub judice". -----

Ou seja, é necessário que o evento que provocou os danos na viatura identificada neste processo, resulte de um facto traduzido numa ação ou omissão praticado por um trabalhador ou órgão da entidade pública, que tal conduta seja ilícita por violar princípios, normas constitucionais, legais ou regulamentares ou decorra de um funcionamento anormal dos serviços, que possa ser imputado a título de culpa grave ou negligência e, que, o facto ilícito tenha provocado os danos ocorridos sem a interferência, no caso concreto, de circunstâncias excepcionais, anómalas ou anormais. -----

Assim e entrando na apreciação do caso concreto, temos que: -----

Segundo descrição do requerente, os prejuízos causados na viatura Mercedes, com a matrícula AL-803-EG, conduzida pela sua filha, resultaram de uma tampa de saneamento levantada, sita na Av. 5 de Outubro (junto do estabelecimento prisional de Chaves), quando a viatura circulava pelas 23:30 h, do dia 18/08/2016, no sentido Outeiro Seco em direção a Chaves. -----

De modo a averiguar a existência de culpa dos serviços municipais pelos danos ocorridos na esfera jurídica do requerente foram solicitados esclarecimentos aos serviços da Divisão de Águas e Resíduos. -----

Neste sentido, os serviços técnicos da respetiva Divisão de Águas e Resíduos, conforme o teor da Informação n.º167/DAR/2016, informaram expressamente o seguinte: -----

(...) " Face ao relato, não posso confirmar a ocorrência do acidente, limitando-me a relatar o constante na exposição apresentada; -----

Mais se informa que o sector de saneamento da DAR esteve no local do acidente no dia seguinte, tendo apenas verificado algumas marcas no cimento que envolve a tampa de saneamento, estando a mesma devidamente assente e em perfeito estado de conservação." -----

Face ao exposto, entendemos não se ter verificado um funcionamento anormal dos serviços municipais nos termos e para os efeitos do disposto no n.º4, do art.7.º, da Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações, porquanto, atendendo às circunstâncias e a padrões médios de resultado não era razoável exigir dos serviços municipais outra atuação. -----

A verdade é que, pese embora o interessado, José Rodrigues Martins, tenha sido lesado na sua dimensão patrimonial, muito concretamente, mediante os danos provocados na sua viatura, não é menos verdade que não é possível estabelecer um nexo causal entre tal facto e qualquer

conduta ilícita cometida pela Autarquia e que se mostre idónea para provocar tal resultado. -----
Sendo certo que para haver responsabilidade do agente é necessário que este tenha atuado de forma dolosa ou intencional, ou, então, de forma negligente. -----
Ora, as considerações anteriores permitem desde já antecipar para a falta da verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, muito concretamente, a culpa dos serviços municipais, facto que impede a imputação de responsabilidade ao Município de Chaves pelos danos que se verificaram na esfera jurídica do requerente. -----
De facto, de acordo com os elementos constantes dos autos, os mesmos são insuficientes para comprovar a violação culposa de obrigações legais que pendem sobre o Município de Chaves e o nexo de causalidade entre o facto ilícito e os danos invocados pelo requerente. -----
Acresce, que na via em causa existem diversas infraestruturas, titularidade do Município, e de outras entidades, como é o caso, entre outras, dos CTT e de empresas de comunicação eletrónicas. -----
Refira-se, que de acordo com os elementos constantes no processo administrativo, designadamente, os esclarecimentos prestados pelos serviços municipais e pelas testemunhas não nos permitem aferir com, precisão, em qual das infraestruturas se concretizaram os danos na respetiva viatura. -----
De facto, atendendo às declarações prestadas pelas testemunhas verifica-se discrepância no que se refere à identificação da tampa de saneamento em causa, tendo inclusive uma das testemunhas identificado uma tampa pertencente aos CTT. -----
Tanto mais, que o registo fotográfico, apresentado pelo requerente, não é esclarecedor, que o invocado incidente, ocorreu na alegada "tampa" de saneamento. -----
Até porque, a situação aqui em análise foi objeto de apreciação pelos serviços internos desta Autarquia, cujas conclusões se encontram expressas nas informações n.ºs: 167/DAR/2016, 252/DAR/2017, produzidas pela respetiva Divisão de Águas e Resíduos. -----
Nestes termos, considerando que a tampa pertencente ao Município se encontrava devidamente colocada e em perfeito estado de conservação, conforme resulta da Inf. 167/DAR/2016, tudo leva a crer que a respetiva tampa que deu origem ao sinistro não seja pertença do Município. ----
Assim, quanto à fatualidade vertida nos documentos constantes do correspondente processo, o requerente não logra provar que tenha sido uma tampa pertencente ao Município, a provocar os danos. -----
Pese embora a aplicação da presunção de culpa, torna-se fundamental que o lesado alegue e prove os factos onde assenta a ilicitude. Prova que, como supra referimos, se nos afigura não ter ocorrido no presente caso, uma vez que o requerente não deu cumprimento ao referido ónus. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA, de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----
Não se logrando provar a existência de tal nexo de causalidade, fica prejudicada, como é evidente, a imputação de responsabilidade civil extracontratual a esta autarquia local. -----
Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, na situação em análise, não se encontram preenchidos todos os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento da responsabilidade civil extracontratual da Autarquia.-----

III - Propostas

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, uma vez que não decorre, no caso individual concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da peticionada indemnização; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.121.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo estabelecido o prazo de 10 dias, para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º, do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto.-----

À consideração superior. -----

Chaves, 29 de dezembro de 2017 -----

A Técnica Superior Jurista, em regime de mobilidade -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018/01/19 -----

Visto. Concorro com o teor da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentada. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2017 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL REQUERENTE: CARLOS MANUEL PEDRO SIMÕES. INF. 235/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 12129/16, Carlos Manuel Pedro Simões, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações do valor que se encontra em dívida e referente a consumos de água efetuados e não pagos - Código de Cliente 317117 -.-----

2. Sucede, porém, que o requerente não apresentou quaisquer documentos que comprovam as suas dificuldades financeiras e que

justifiquem a autorização do pagamento em prestações, bem como não apresentou qualquer proposta de plano de pagamentos prestacional. ---

3. Nestes termos, veio a ser solicitado ao interessado que apresentasse, no prazo de 10 dias úteis, documentação que demonstre a impossibilidade económica para efetuar o pagamento do valor em dívida de uma só vez, designadamente, a última declaração de IRS, sob pena de indeferimento do pedido de pagamento em prestações, bem como um plano de pagamento, indicando, para o efeito, o número de prestações pretendido. -----

4. Decorrido o aludido prazo, verifica-se que o peticionário não veio apresentar nenhum dos documentos solicitados. -----

5. Assim, sobre a presente matéria, cumpre informar o seguinte: --

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em nome do requerente, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º5, do art.196º, do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102.** -----

3. Por sua vez, o art.198.º, do CPPT, sob a epígrafe "*requisitos do pedido*", determina, expressamente, que "*no requerimento para pagamento em prestações o executado indicará a forma como se propõe efetuar o pagamento e os fundamentos da proposta.*" -----

4. Caso se apure que o pedido de pagamento em prestações não obedece aos pressupostos legais de que depende a sua autorização, o mesmo será indeferido de imediato, com notificação ao requerente dos fundamentos do mesmo indeferimento, por força do n.º4, do art.198.º, do CPPT. ---

5. Ora, como rapidamente se conclui, o pedido formulado pelo interessado não contém os elementos necessários e previstos na retromencionada disposição legal. -----

6. De facto, o requerente não fundamenta o seu pedido, limitando-se a pedir que lhe seja autorizado o pagamento em prestações, nem apresenta qualquer proposta de plano de pagamento. -----

7. Neste contexto, o pedido deverá ser objeto de indeferimento. --

III - Da Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido do interessado, com base nas razões evidenciadas no capítulo anterior; -----

b) No estrito cumprimento do direito de audiência prévia dos interessados, deverá a intenção de indeferir o pedido ser comunicado ao interessado, para que, no prazo de 10 dias úteis, venha, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto; -----

c) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. À consideração superior. -----
Chaves, 29 de dezembro de 2017. -----
A Técnica Superior Jurista -----
(Ana Tomaz) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/01/19 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo em vista à adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido apresentado de acordo com as razões exaradas nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2017 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. "ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS PARA III PASSEIO TODO TERRENO" - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIDAGO -. INFORMAÇÃO Nº. 7/DAF/STL/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago, com sede na Avenida Conde Caria, n.º 1, Vidago, freguesia de Vidago, concelho de Chaves veio, através de requerimento com o registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 13952/17, de 2017/12/28, solicitar autorização para III Passeio Todo Terreno, a realizar no dia 14 de janeiro de 2018. -----

2 No aludido requerimento, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no artº 24 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: -

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamento e autorização exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.3 Refira-se que a apreciação e decisão de eventual isenção das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais

elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art.24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior, o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: --

- Documento comprovativo da natureza de associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela D.G.F., da qual consta que existe dívida do requerente perante o Município de Chaves. -----

3.6. A requerente não reúne os pressupostos legais para beneficiar de isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos 2, 8 e 12 do art.24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais, no valor total de €21.20 (vinte e um euros e vinte cêntimos). -----

II - PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo camarário, em vista à tomada de decisão, consubstanciada na intenção de indeferir o pedido de Isenção de taxas administrativas associadas à licença para a realização de espetáculos de natureza desportiva, no valor total de €21.20 (vinte e um euros e vinte cêntimos); -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss.do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, dever-se-á notificar a requerente da decisão que vier a ser tomada, sobre a matéria, nos termos do art.114º do Código do Procedimento Administrativo -----

À consideração superior. -----

A Assistente Técnica -----

Chaves, 17 de janeiro de 2017 -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 19.01.2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação sugerindo-se que a mesma seja agendada para próxima reunião do órgão executivo em vista a adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido apresentado. À Consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO (PRORROGAÇÃO) . INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°03/SHSDPC/N.°03/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.09-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 19/01/2018. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°02/SHSDPC/N.°02/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.03-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 19/01/2018. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°11/SHSDPC/N.°07/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.15-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 19/01/2018. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANO ANUAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CHAVES - ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO DDSC N°05/SE N°04/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Enquadramento -----

O Município de Chaves, ao longo destes anos, tem apoiado financeiramente o Plano de Atividades dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Chaves, para a concretização das atividades aí previstas.

2. Fundamentação -----

Considerando que o Município de Chaves, através da sua presença nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho, procede ao acompanhamento e avaliação dos respetivos Planos de Atividades; - Considerando que os referidos Planos de Atividades encontram-se na Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, podendo aí ser consultados; -----

Considerando que de acordo com a alínea u), do n°1, do Artigo 33°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou outra de interesse para o município".-----

3. Proposta -----

Assim, para que haja uniformidade na atribuição destes apoios financeiros, propõe-se, referente ao ano letivo 2017/2018, o seguinte:

1. Que seja atribuído a cada um dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho (Dr. António Granjo, Dr. Júlio Martins e Fernão Magalhães), o montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para as atividades do ensino secundário, o montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), para as atividades do ensino básico e o montante de 6.00€ (seis euros) por aluno, para as atividades da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo; -----

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins -----

Ensino Secundário----- 1.500,00€

Ensino Básico ----- 2.500,00€

Pré-Escolar e 1º Ciclo (588 alunosx6.00€) ----- 3.528,00€

TOTAL ----- 7.528,00€

Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo -----

Ensino Secundário ----- 1.500,00€

Ensino Básico ----- 2.500,00€

Pré-Escolar e 1º Ciclo (607 alunosx6.00€ -----) 3.642,00€

TOTAL ----- 7.642,00€

Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães -----

Ensino Secundário ----- 1.500,00€

Ensino Básico ----- 2.500,00€
 Pré-Escolar e 1º Ciclo (111 alunosx6.00€) ----- 666,00€

TOTAL ----- 4.666,00€

2.O referido apoio financeiro é no valor total de 19.836,00€ (dezanove mil oitocentos e trinta e seis euros), sugerindo-se, que o mesmo, seja disponibilizado em duas prestações: uma em fevereiro de 2018 e outra em setembro de 2018, de acordo com a seguinte tabela: -----

Agrupamento de Escolas	Valor da 1ª prestação	Valor da 2ª prestação	Valor Total
Dr. Júlio Martins	5.018,67€	2.509,33€	7.57.528,00€
António Granjo	5.094,67€	2.547,33€	7.67.642,00€
Fernão Magalhães	3.110,67€	1.555,33€	4.64.666,00€

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, dever-se-á promover a devida publicitação, se aplicável, nos termos da Lei nº64/3013 de 27 de agosto. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 18 de janeiro de 2018 A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.01.18. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 22.01.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APROVAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS "ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA" PARA VIGORAREM NO ANO LETIVO 2017/2018, DESTINADAS AOS ALUNOS COM NEE INFORMAÇÃO DDSC Nº11/SE Nº07/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

O Município de Chaves, o Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo e a Associação Juvenil de Solidariedade Social "Geração Solidária", celebraram a 11 de novembro de 2016, um acordo de parceria tripartida com o objetivo de apoiar as Famílias de Jovens com Necessidades Educativas Especiais, nos períodos que antecedem e sucedem os tempos letivos e nas interrupções letivas. -----

Considerando que o referido acordo vigorou até ao final de dezembro de 2017, passando, a partir desta data, a ser o Município de Chaves a responsabilizar-se pela organização e gestão das "Atividades de Animação e Apoio à família", nas interrupções letivas, dos alunos com Necessidades Educativas Especiais e o Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo a garantir o acompanhamento, dos referidos alunos nos períodos que antecedem e sucedem aos tempos letivos; -----

Considerando que as "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nas interrupções letivas, para os alunos com Necessidades Educativas Especiais são uma resposta às necessidades das famílias, devido à dificuldade de conciliação entre a vida laboral dos pais/encarregados de educação e o funcionamento dos respetivos estabelecimentos de ensino; -----

Considerando que as referidas atividades destinam-se às crianças com Necessidades Educativas Especiais, que frequentam a escolaridade obrigatória; -----

Considerando a necessidade de determinar a comparticipação familiar, para o ano letivo 2017/2018, pela utilização das "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nos períodos de interrupção letiva, uma vez que é uma componente não letiva; -----

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim e face ao exposto propõe-se a V. Exa o seguinte: -----

a) Que sejam aprovadas as normas de funcionamento das "Atividades de Animação e Apoio à Família" para vigorarem no ano letivo 2017/2018, que incluem os valores da comparticipação familiar para as "Atividades de Animação e Apoio à Família", destinadas aos alunos com necessidades educativas especiais, para os períodos das interrupções letivas.-----

b) Sempre que, com base numa cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do referido encargo, poderá ser dispensado o seu pagamento mediante deliberação de Câmara e tendo como fundamentação relatório técnico elaborado pelo setor de educação. -----

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa., sugere-se o seu encaminhamento para a próxima reunião de Câmara Municipal, para deliberação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 18 de janeiro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

(Lídia Pinto) -----

Em anexo: Normas de funcionamento das "Atividades de Animação e Apoio à Família" para vigorarem no ano letivo 2017/2018 e respetiva ficha de inscrição -----

Normas de funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família, para alunos com Necessidades Educativas Especiais, nas interrupções letivas e nos meses de junho (após o final do ano letivo) e julho. -----

Artigo 1º -----

Objeto -----

O Município de Chaves irá assegurar, durante as próximas interrupções letivas previstas no calendário escolar, do ano letivo 2017/2018, e nos meses de junho, após o final do ano letivo, e julho, a ocupação lúdica das crianças com necessidades educativas especiais, na Escola EB2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro. -----

Interrupção letiva - intervalo de tempo, definido anualmente por despacho do Ministério da Tutela, que irá compreender os seguintes períodos, referentes ao ano letivo 2017/2018: -----

- As interrupções letivas do Carnaval e Páscoa; -----
- Meses de junho e julho - Com início a 18 de junho e término a 31 de julho. -----

As referidas atividades de apoio à família, funcionarão todos os dias não letivos, com exceção do mês de agosto e nas seguintes datas: ---

- Dia de Entrudo/Carnaval; -----
- Feriado Municipal do Concelho de Chaves; -----
- Todos os Feriados do calendário civil; -----
- Sempre que o estabelecimento de ensino seja encerrado ou o seu funcionamento seja comprometido por motivos alheios ao Município de Chaves. -----

Artigo 2º -----

Local da prestação de serviços -----

As referidas atividades irão decorrer Escola EB2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro -----

Artigo 3º -----

Horário de funcionamento -----

O horário de funcionamento das atividades lúdicas será o seguinte: -

Das 8h30m às 12h30m -----

Das 14h00 às 18h00 -----

Artigo 4º -----

Destinatários -----

As Atividades de Animação e de Apoio à Família destinam-se aos alunos com necessidades educativas especiais, que cumprem o estipulado no D.L. 3/2008 de 7 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 22008 de 12 maio. -----

Artigo 5º -----

Inscrição -----

As inscrições devem ser feitas, pelos interessados, junto do respetivo Agrupamento de Escolas, através do preenchimento da ficha de inscrição disponibilizada pelo Município. -----

Posteriormente o Agrupamento de Escolas remete para o Município de Chaves - setor de educação, as referidas fichas de inscrição. -----

A Inscrição para frequentar as referidas atividades não implica integração imediata nas mesmas, pois deverão ser observados os seguintes requisitos: -----

- Ficha de inscrição deverá ser acompanhada do documento comprovativo do escalão do abono de família em que o aluno se integra; -----

- Confirmação junto do Agrupamento de Escolas da situação do aluno ao abrigo da D.L. 3/2008 de 7 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 22008 de 12 maio. -----

- Existência de número mínimo de utilizadores; -----

Após a receção das fichas de inscrição será dado conhecimento ao respetivo Agrupamento de Escolas, das crianças em condições de poderem frequentar as referidas atividades. -----

Artigo 6º -----

Custo -----

A participação nas referidas atividades tem um custo semanal e a frequência destas atividades, não contempla a oferta de transporte escolar, sendo o transporte da responsabilidade do encarregado de educação. -----

Escalão	Valor semanal
---------	---------------

A	€ 2.50
B	€ 5.00
C	€ 10.00

Na eventualidade de haver irmãos a frequentar este período, efetuar-se-á um desconto de 50% a cada irmão. -----

Artigo 7º -----

Seleção -----

No ato da seleção será dada prioridade às crianças: -----

a) inscritas para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família, em todos os períodos e cuja situação sócio familiar assim o justifique, obrigando-se os agregados familiares, caso seja necessário, a demonstrar e justificar a necessidade; -----

b) inscritas para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família de modo parcial; -----

c) em caso de igualdade terá preferência a criança de menor idade. -

Artigo 8º -----

Faltas e desistências -----

Qualquer que seja o número de faltas da criança, estas não afetam o valor semanal estipulado e em vigor à data. -----

As desistências só são consideradas efetivas se comunicadas por escrito e remetidas ao Município de Chaves, com 5 dias úteis de antecedência, referente ao período a que pretende desistir. -----

O não cumprimento deste ponto implica o pagamento integral do respetivo período. -----

Artigo 9º -----

Pagamento -----

As interrupções letivas têm um custo semanal, e o seu pagamento deverá ser efetuado entre o dia 1 e o dia 15 do mês seguinte em que ocorreu a interrupção letiva, na Secção de Atendimento do Município de Chaves. A interrupção letiva do carnaval está isenta de pagamento. -----

Artigo 10º -----

Obrigações dos Pais/Encarregados de Educação -----

Constitui obrigação dos Pais e Encarregados de Educação respeitar e cumprir as presentes normas de funcionamento das "Atividades de Animação e de Apoio à Família" destinadas às crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente no que se refere: -----

a) ao cumprimento do prazo de pagamento da comparticipação familiar;

b) ao cumprimento do horário de entrega e recolha dos seus filhos ou educandos. -----

Artigo 11º -----

Omissões -----

Caberá à Câmara Municipal interpretar a parte não especialmente prevista nas presentes normas. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.01.19. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 22.01.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Não irá votar contra a aprovação da proposta, em apreciação, tanto mais que todos estes apoios são, nesta matéria, manifestamente, insuficientes. -----

2 - No entanto, há, claramente, uma estratégia de redução notória do apoio prestado, pela autarquia, nesta relevante área de intervenção social. -----

3 - A autarquia vinha assegurando, na linha de atuação desenvolvida pelo Estado, uma estratégia de apoio a estas crianças, mediante a intervenção das IPSS. -----

4 - Um dos objetivos deste projeto centrava-se na manutenção do apoio, não só aos cidadãos portadores de deficiência, mas também, aos respetivos cuidadores. -----

De seguida, usou, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - É estranho que o desenho apontado, pelo Vereador interveniente, tenha sido alicerçado, em colaboração com a associação "Geração Solidária", sendo certo, que o projeto veio a ser estruturado, sem qualquer fundamentação técnica. -----

2 - O essencial, nesta relevante área de intervenção municipal, é que os serviços existam e sejam assegurados, por técnicos e profissionais qualificados, profissionais esses que integram a própria comunidade escolar, em vista a assegurar, de forma integral, este tipo de apoios, durante o período letivo. -----

3 - Fora do período letivo, tais serviços devem, também, ser assegurados, sendo certo que, no passado, os mesmos não eram garantidos aos sábados. -----

4 - Esta nova solução, garantindo uma resposta social mais satisfatória, é, simultaneamente, mais eficaz e eficiente, sob o ponto de vista financeiro. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

1 - Se a associação "Geração Solidária" representa uma dificuldade ou um problema na gestão deste dossiê, dever-se-á referir que, no âmbito desta área de intervenção municipal, veio a ser criada a associação "CERCI Chaves", entidade que deveria centralizar este tipo de iniciativas, em coordenação com a Autarquia. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. UNIVERSIDADE JÚNIOR 2018 INFORMAÇÃO DDSC N°10/SE N°08/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Universidade do Porto, desenvolve desde 2005 um programa de sensibilização dos jovens, desde o 5º ano até ao 11ºano, para a Ciência e Tecnologia, Artes e Ciências Sociais e Humanas. Esse é denominado Universidade Júnior e decorre durante o mês de julho, constituído por programas com duração de uma semana estando os alunos na Universidade

do Porto (nas diversas faculdades de acordo com os temas), de segunda-feira a sexta-feira, das 9h00 às 18h00. -----

Existe depois um sistema de alojamento, que funciona na Escola Prática das Transmissões, para os alunos oriundos de concelhos distantes, sendo acompanhados por monitores qualificados entre as 18h00 e as 09h00, sendo este opcional, uma vez que pode haver alunos que tenham possibilidade de estadia no Porto. -----

A informação dos conteúdos dos programas e das atividades a desenvolver é disponibilizado no portal da Universidade Júnior, onde é feita também a inscrição de cada participante. -----

O valor da inscrição é: -----

80€ - inscrição propina -----

105€ - Valor do alojamento 1 semana -----

Desde 2005 que o Município de Chaves é parceiro deste projeto, estabelecendo um protocolo de colaboração, para o apoio à participação dos jovens do concelho. Numa primeira fase foram apoiados 20 alunos/mês, dos três agrupamentos do concelho, nomeadamente no pagamento da propina, alojamento e transporte; posteriormente o apoio passou a ser apenas do transporte, sendo alargado até 50 alunos, dos três agrupamentos. -----

Cada aluno participante que pretendesse beneficiar do apoio do Município, dirigia-se ao Setor de Educação e preenchia uma ficha de inscrição, anexando o respetivo compromisso de inscrição no programa. Também era feito o contato direto com a Universidade do Porto por parte do Setor de Educação da autarquia. -----

O transporte foi assegurado pelas viaturas do Município, de acordo com o número de alunos por semana, podendo ser a carrinha de 9 lugares ou o mini-autocarro de 24 lugares; -----

A estimativa de despesa do transporte é a seguinte: -----

Mini-autocarro de 24 lugares -----

Despesas de ajudas de custo e horas extra motorista	Gasóleo	Portagens	Total viagem	Ida e volta
50 €/dia	60 €/viagem	40 €/viagem	150 €/viagem	300 €

Carrinha 9 lugares

Despesas de ajudas de custo e horas extra motorista	Gasóleo	Portagens	Total viagem	Ida e volta
50 €/dia	40 €/viagem	40 €/viagem	130 €/viagem	260 €

O valor médio de participação nas edições anteriores foi entre 30 a 40 alunos no mês de julho; -----

Assim, como forma de dar continuidade à parceria entre o Município de Chaves e a U -----

Universidade do Porto, propõe-se:-----

- Apoio de transporte semanal até 20 alunos/semana (ida e volta) ---

Saída de Chaves ao domingo 19h30 e regresso do Porto à sexta-feira a partir das 18h00 -----

- Apoio do pagamento da propina, 80 €, de acordo com o escalão de cada aluno: -----

Escalão A - 50% -----

Escalão B - 25% -----

Escalão C - assumido pelo aluno -----

O valor base da despesa relativamente ao pagamento da propina poderá ser entre 0 € a 800,00 €/semana (3.200,00 €/mês), variando de acordo com o escalão do aluno. Este será calculado após as inscrições nos programas. -----

Cada aluno fará previamente a inscrição, de acordo com as normas do programa, sendo posteriormente reembolsado pelo município, de acordo com o escalão social de cada aluno. -----

Valor estimativo total da despesa para o apoio: -----
 Transporte -----
 Ida e volta----- Valor do apoio da inscrição
 (valor máximo variando de acordo com escalões dos alunos) -----
 Total ----- 1.200,00 €
 (300 €/semana) ----- 3.200,00 €
 ----- 4.400,00 €

II - Proposta -----

Neste sentido face ao exposto propõe-se ao executivo municipal: ----

1. Que seja mantido o protocolo de cooperação entre a Universidade do Porto e o Município de Chaves para a edição de 2018, nomeadamente no apoio à participação dos jovens do concelho no referido programa, no que concerne: -----

- Ao apoio de transporte semanal até 20 alunos/semana (ida e volta)
 - Ao apoio no pagamento da propina, cujo valor é de 80 €, de acordo com o escalão de cada aluno: -----

Escalão A - 50% -----

Escalão B - 25% -----

Escalão C - assumido pelo aluno -----

2. Que caso esta proposta mereça concordância superior que a mesma seja agendada à próxima reunião de câmara ao abrigo do disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

3. A presente despesa tem enquadramento orçamental através da rubrica 04080202. -----

4. Que fique desde já, legitimado o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, a assinar o novo protocolo, cuja minuta se anexa à presente informação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 18 de janeiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Tânia Oliveira) -----

OBS: Minuta de protocolo em anexo -----

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: Universidade do Porto - UPorto, em funcionamento na Pç. Gomes Teixeira, no Porto, pessoa colectiva nº 501413197, representada pelo seu Reitor, Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo, -----

SEGUNDO OUTORGANTE: Município de Chaves, em funcionamento na Praça de Camões, em Chaves, pessoa coletiva nº 501205551, representada pelo seu Presidente, Dr. Nuno Vaz, adiante designada por Município; -----

PREÂMBULO -----

Considerando que: -----

A Universidade do Porto está: -----

Consciente da sua responsabilidade social como a universidade portuguesa, com uma posição de liderança na produção científica de origem portuguesa; -----

Interessada em encontrar espaços de cooperação com as escolas básicas e secundárias e com os seus responsáveis ao nível do governo e ao nível das autarquias, para motivar os nossos jovens para a Ciência e as Humanidades; -----

Preocupada com a escolha vocacional dos jovens que transitam do ensino básico para o ensino secundário em número crescente e tendencialmente quase universal. -----

E que o Município está: -----

Consciente do importante papel que poderá desempenhar no que respeita à formação qualificada dos jovens do seu município; -----

Interessada em apostar em estratégias que reduzam o alto índice de abandono escolar; -----

Preocupada com a construção individual dos percursos educativos dos nossos jovens. -----

Assim, acordam as partes outorgantes na celebração de um protocolo, que se regerá pelo disposto nas seguintes cláusulas: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA -----

Objeto -----

O presente protocolo estabelece as condições gerais para a participação de jovens estudantes em Cursos de Verão, na Universidade Júnior. -----

CLÁUSULA SEGUNDA -----

Da Universidade do Porto -----

A Universidade do Porto obriga-se a: -----

1. Organizar uma série de Cursos de Verão, a Universidade Júnior, onde serão aceites estudantes do ensino básico e secundário. -----

2. Informar o Município de Chaves, anualmente, do valor da propina (80,00 euros) e alojamento semanal (105,00 euros). -----

3. Aceitar os estudantes, na medida da capacidade disponível, que sejam selecionados e apoiados pelo Município de Chaves. -----

4. Divulgar no sítio <http://universidadejunior.up.pt> os apoios garantidos nos termos deste protocolo -----

CLÁUSULA TERCEIRA -----

Do Município de Chaves -----

1. O Município de Chaves, ao abrigo da alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compromete-se a apoiar jovens do concelho (até 20 alunos/semana) no que diz respeito: -----

a) à divulgação do programa pelos estabelecimentos de ensino -----

b) apoio à propina semanal de acordo com o escalão: -----

Escalão A - 50% -----

Escalão B - 25% -----

Escalão C - assumido pelo aluno -----

c) ao transporte para e do Porto -----

2. O Município nomeará a Técnica Superior Tânia Oliveira, como ponto de contacto com a Universidade do Porto e com os jovens interessados em candidatar-se aos apoios aqui garantidos, a quem competirá fazer as inscrições e confirmá-las quando tal seja solicitado. -----

CLÁUSULA QUARTA -----

Vigência -----

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, sendo válido pelo prazo de um ano, automaticamente renovável, salvo denúncia expressa de qualquer das partes, enviada à outra, com uma antecedência não inferior a cento e vinte dias, relativamente à data do seu termo ou das suas renovações. -----

2. A denúncia será enviada através de carta registada com aviso de receção. -----

Assinado a ____ de _____ de 2018, em duplicado, ficando cada uma das partes signatárias com um exemplar. -----

O Reitor da Universidade do Porto, -----

Prof. Doutor Sebastião Feyo de Azevedo -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

(Dr. Nuno Vaz) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.01.18. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 22.01.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. EXPOSIÇÃO - SOLICITA QUE SEJA DETERMINADO O DESPEJO ADMINISTRATIVO. REQUERENTE: DIAS LEITE & GONÇALVES, CONSTRUÇÕES, LDA. - LOCALIZAÇÃO: RUA DE SANTO ANTÓNIO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N° 61/11 REQUERIMENTO N° 2174/17-. INFORMAÇÃO 10/DSCH/18-TÉCNICO: CHEFE DE DIVISÃO ANTÓNIO MALHEIRO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1 O requerente solicita que o município de Chaves ordene o despejo administrativo de um prédio situado entre a Rua de Santo António, 25-29 e a Rua Direita, 32-38, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, para permitir a realização das obras de demolição, reconstrução e ampliação previstas nos projetos aprovados. Na exposição apresentada o requerente refere ainda não ser possível remover o lixo acumulado, salvo durante a demolição, devido à grande dimensão dos depósitos existentes no piso superior, e ao avançado estado de degradação dos pisos. -----

1.2 ANTECEDENTES-----

1.2.1 No âmbito do processo n. ° 61/11 referente ao prédio em causa, foi emitido em 23 de julho de 2015 o alvará de obras de reconstrução/ampliação n. ° 108/15. -----

1.2.2 Posteriormente foi emitida, a solicitação do requerente, uma certidão em que se comprovava que as obras de reconstrução e ampliação abrangidas pelo alvará de obras de reconstrução/ampliação n. ° 108/15, a ter lugar no edifício em causa, pela sua natureza e extensão, não poderiam ser realizadas com a ocupação do prédio, uma vez que está prevista a demolição integral do seu interior. -----

1.2.3 Na sequência do requerimento n. ° 1367/17, por despacho do vereador responsável, datado de 29.08.2017, foi determinada a realização de uma vistoria para análise do estado de conservação do prédio em questão e determinação das obras necessárias à correção dos problemas detetados, designadamente no âmbito da segurança, salubridade e arranjo estético. -----

1.2.4 Essa vistoria teve lugar a 26 de setembro de 2017. No respetivo auto refere-se que a parte da construção voltada para a Rua Direita se encontra num estado de degradação mais avançado, tendo já ruído parte dos seus componentes; existe uma entrada de água das chuvas em todo o perímetro da construção - a parcela do rés-do-chão voltado para a Rua de Santo António é menos afetada devido às proteções colocadas sobre o teto dessa fração; verifica-se uma degradação mais avançada nos pisos superiores, com vários dos componentes construtivos já apodrecidos; existência de lixo por toda a construção, com risco para a saúde pública por propiciar o aparecimento de ratos e pombas.-----

1.2.5 Face aos indícios detetados, a comissão de vistorias propõe que o seu proprietário seja notificado a remover o lixo acumulado no prazo de 8 dias, tendo ainda concluído, conforme consta no ponto 4.2 do auto de vistoria, que "considerado o estado de ruína do prédio, a Câmara Municipal pode ordenar o despejo administrativo ao abrigo do n.º 1 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações - RJUE - para a execução das obras de demolição e reconstrução, de acordo com o projeto que foi aprovado."-----

1.2.6 Na exposição apresentada o representante legal da empresa proprietária do imóvel em causa alega não ser possível a remoção do lixo existente sem a intervenção de meios mecânicos (grua), só possível de utilizar no âmbito da demolição do interior do prédio. -----

2 - ANÁLISE/ PROPOSTA-----

2.1. Considerando que no auto da vistoria realizada a 19 de Outubro de 2015 a comissão de vistorias determinou a remoção do lixo acumulado e realização das obras de reconstrução do referido edifício, nos termos dos n. os 2 e 3 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações (RJUE); -----

2.2. Considerando que o proprietário do prédio pretende levar a efeito as referidas ações e que para tal requereu ao Município o despejo administrativo desse prédio, tal como previsto no n.º 2 do artigo 92.º do RJUE; -----

2.3. Considerando ainda que tais obras, pela sua natureza e extensão, não podem ser realizadas com a ocupação do prédio, sob pena de perigo iminente para a segurança de pessoas e bens que nele residem e dos transeuntes; -----

2.4. Face ao exposto, e nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do RJUE, entendemos que o presente pedido está em condições de ser deferido, pelo que se propõe que o assunto seja submetido à apreciação da Câmara Municipal de Chaves, no sentido de determinar a execução do despejo administrativo do prédio situado entre a Rua de Santo António, 25-29 e a Rua Direita, 32-38, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves. A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 2018.01.16.-

Visto. Concordo. Agende-se este assunto para a próxima reunião do Executivo municipal a fim de que o mesmo possa se objeto de adequada deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 522/17 – ARMANDINA EMILIA GONÇALVES REIS – LUGAR DE AVESSADA, FREGUESIA DE S. VICENTE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 18.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A Sra. Armandina Emília Gonçalves Reis, na qualidade de proprietária, formalmente representada pelo Sr. António Joaquim Borges, na qualidade de procurador, de um prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de S. Vicente sob o artigo nº536NIP, situado no Lugar de Avesada, freguesia de S. Vicente, solicitou, através de requerimento n.º1346/17, em 01/08/2017, a legalização das obras de construção levadas a efeito sem controlo prévio da administração, de um conjunto edificado, destinado a habitação unifamiliar e anexo, que levou a efeito no prédio abaixo identificado, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto Lei nº555/99, de 16 de Dezembro e alterações subsequentes (RJUE).-----

2. ANTECEDENTES-----

2.1 Por intermédio do requerimento n.º 1346/17, datado de 01/08/2017, o requerente citado em epígrafe apresentou um pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada em obras de construção (já executadas), que deu origem ao processo n.º522/17, o qual foi rejeitado liminarmente, por ser manifestamente contrário às normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, o

Regulamento do PDM de Chaves, o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação⁽⁶⁾, RMUE e Regulamento Geral das Edificações Urbanas⁽⁷⁾, RGEU;-----

2.2. Posteriormente, no âmbito da audiência prévia o requerente por intermédio do requerimento n.º 1684/17, em 20/09/2017, apresentou novos elementos, nas quais foram resolvidas as questões de ordem regulamentar que estiveram na base da proposta de decisão desfavorável constante na nossa informação n.º 1135/SCOU/2017, datada de 07/08/2017. Na sequência o processo foi encaminhado à Comissão de Vistorias, para realização da competente vistoria, em conformidade com o disposto, no ponto 6, do artigo 73.º-C, RMUE;-----

2.3 Da vistoria municipal, realizada em 09/11/2017, resultou a necessidade de efetuar obras de correção no conjunto edificado, como se pode verificar por leitura do Auto de vistoria n.º 156. Tendo sido notificada a requerente, no sentido de proceder as correções necessárias, por forma a ultrapassar as considerações vertidas no referido auto de vistoria, cuja cópia se junta em anexo à presente informação.-----

2.4 Por intermédio do requerimento n.º 2165/17, datado de 04/12/2017, face ao teor do auto de vistoria n.º 156 o requerente, comunicou o início dos trabalhos referentes às obras de correção, com vista legalização de obras de construção de um conjunto edificado, destinado a habitação unifamiliar e subentende-se anexos, nos termos do artigo 80 -Aº, do RJUE. As referidas obras de correção pretendidas, interpretadas como obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística, foram consideradas isentas de controlo prévio, nos termos do artigo 6.º do RJUE;-----

2.5 Posteriormente e a coberto do requerimento n.º 2213/17, datado de 12/12/2017, o requerente solicitou nova vistoria técnica para efeitos de confirmação da realização das obras de correção necessárias já foram realizadas, por forma a ultrapassar as considerações vertidas no Auto de vistoria n.º 156, emitido em 09/11/2017, com vista à legalização do imóvel. Na sequência o processo foi novamente encaminhado à Comissão de Vistorias, para realização da competente vistoria, em conformidade com o disposto, no ponto 6, do artigo 73.º-C, RMUE. Da vistoria realizada em 11/01/2018, resultou parecer no sentido estarem resolvidas as questões levantadas no auto de vistoria n.º 156, datado de 09/11/2017, conforme descrito no auto de vistoria n.º 3/2018, cuja cópia fica apenso a esta informação, fazendo parte integrante da mesma.-----

3. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

3.1 De acordo com a caderneta predial urbana emitida pela Internet em 2017/04/13, apresentada, o prédio urbano situado no Lugar de Aversada, freguesia de S. Vicente, confronta de nascente com particular e de sul, de poente e de norte com caminho público, descrito de casa de habitação de R/C, com uma área total do terreno de 200 m², área de implantação de 110,00 m², área bruta de construção 110,00 m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº536NIP.-----

3.2 Segundo a declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data do facto 2017/09/15, onde consta que o prédio melhorado com artigo provisório P582, em nome do

⁶ Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015; RMUE.-----

⁷ Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo DL nº38382 de 7/08/ 51 e alterações subsequentes, RGEU-----

ora requerente, com identificação matricial, resultante do artigo 536, tipo urbano e artigo 7412, tipo rústico, ambos da freguesia de S. Vicente, confronta de Norte com caminho público, de Sul com caminho público, de Nascente com António Manuel Carvalhal e de Poente com caminho público, com uma área total do terreno de 510,00 m², área de implantação de 205,00 m², área bruta de construção 205,00 m².-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

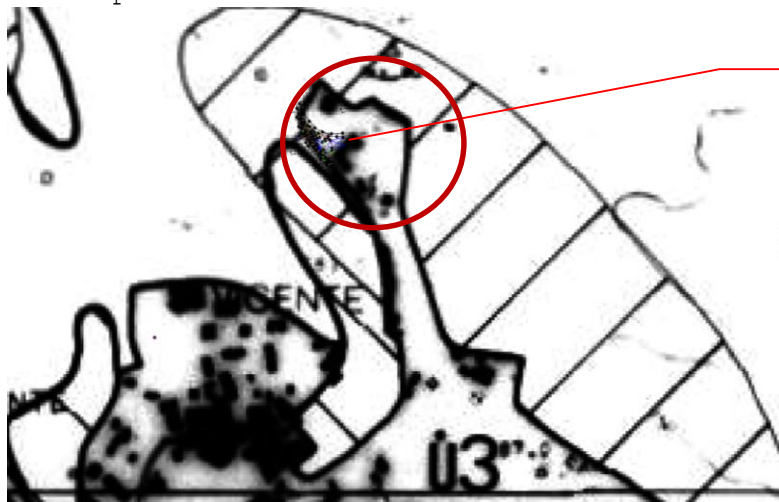
A pretensão, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto é, obras de construção sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

4.2 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do RMUE.----

4.3 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

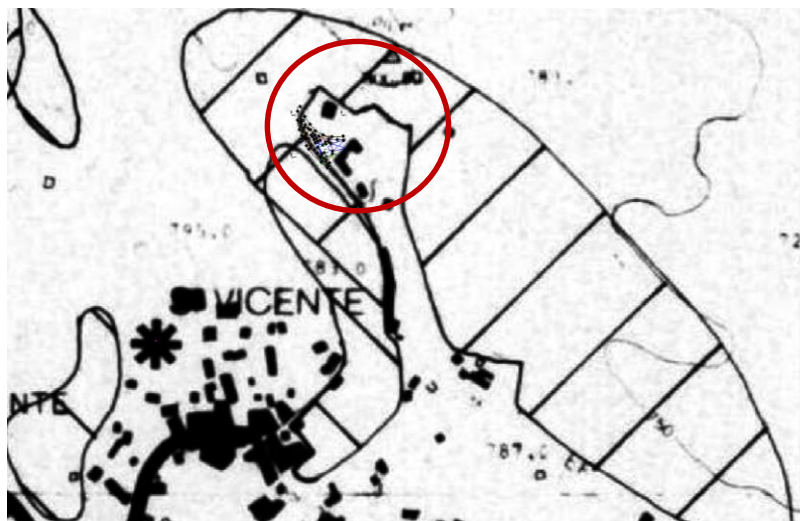
Regista-se que o prédio urbano possui uma área total de 510,00m², de acordo com o levantamento topográfico e termo de responsabilidade subscrito pelo autor do levantamento topográfico, bem como, com declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data do facto 2017/09/15. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar a operação urbanística, consubstanciada em obras de construção num edifício destinado a uma habitação unifamiliar e anexos, que se desenvolve, num único piso acima da cota de soleira.-----



Localização do prédio urbano, tendo por base o levantamento georreferenciado, apresentado pela requerente, sobre extrato da planta de ordenamento (folha nº22 B)

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves⁽⁸⁾, folha nº22-B, o prédio em causa encontra-se abrangido por Espaços urbanos e urbanizáveis (Classe 1), na categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de S. Vicente, em que as intervenções devem cumprir respetivamente com o estipulado no artigo 15.º que remete para as disposições do artigo 18.º e artigo 19.º, do Regulamento do PDM de Chaves. -----

⁸ Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento-----



O local não está abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.-----

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

Não há lugar a consultas externas ao município.-----

6. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

Em resultado da análise aos elementos entregues, após consulta ao processo supra referenciado, constata-se que o processo encontra-se corretamente instruído em conformidade com o disposto no art.º 9º do RJUE e na Portaria nº 113/15 de 22 de abril (parte I e no n.º 15 e n.º16, da parte III, do anexo I), em conformidade com o artigo 13.º, artigo 15.º e do n.º5 do Artigo 73.º -C⁽⁹⁾, do RMUE.-----

7. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

7.1 Quanto às regras de edificabilidade-----

Por leitura da memória descritiva e justificativa do projeto de arquitetura, é pretensão da requerente legalizar uma área bruta de construção de 205,00 m² e uma área de implantação de 205,00 m². A edificação projeta-se num único piso de R/C;-----

O imóvel destina-se a habitação unifamiliar tem acesso direto a partir de via pública;-----

A edificação localiza-se dentro de uma faixa de terreno limitada pela mesma via e por uma linha traçada paralelamente a uma distância de 30m da respetiva berma;-----

Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, o índice de construção é de 0.50 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 510,00 m² x 0.50

⁹ **Artigo 73.º -C Procedimento de legalização de operações urbanísticas**

5 – O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

a) Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----

ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----

m2/m2 = 255 m2 (máxima área bruta de construção permitida) > 205,00 m2 (área bruta de construção a legalizar);-----

Do ponto de vista técnico da disciplina de arquitetura nada obsta à realização da pretensão, na medida em que se conforma com as normas estipuladas pelo Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor, nomeadamente é cumprido o disposto nas alíneas, a), b), c) e d) do n.º 1 do art.º 18 e alínea a), do n.º2, do artigo 19.º do Regulamento do PDM.-----

7.2 Quanto às infraestruturas-----

O terreno confronta de sul, de poente e de norte com caminho público. O prédio está razoavelmente servido de infraestruturas, -----

7.3 Do cumprimento das normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, DL n.º163/2006, de 8 de Agosto.-----

O requerente solicita dispensa do projeto de acessibilidades, de acordo com o n.º1, do artigo 10.º, do DL n.º163/2006, de 8 de Agosto". A data da construção da edificação previamente a 1987, a qual é anterior à entrada em vigor do DL n.º 163/06, de 8 de agosto pelo que conforme dispõe o n.º 5, do artigo 102-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, neste contexto pode ser dispensado o cumprimento das normas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.-----

7.4 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

A pretensão garante o n.º mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, o n.º3, do artigo 12.º, do Regulamento do PDM de Chaves em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º(10) e 40.º(11) do RMUE.---

8. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

8.1 A taxa das infra estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto da alínea a), do n.º1, do artigo 24.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010, ascende ao montante de **142,10 €** (cento e quarenta e dois Euros e dez cêntimos) conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas das infraestruturas urbanísticas que se anexa à presente informação;-----

¹⁰ Artigo 39.º - Parâmetros a respeitar-----

1 - Todas as novas edificações devem dispor de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis.-----

2 - No dimensionamento dos espaços referidos no número anterior devem garantir -se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

a) Estacionamento privado - o número e tipologia de lugares de estacionamento deve cumprir o estabelecido no artigo 12.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----

b) Estacionamento público - dentro dos limites do terreno objeto de intervenção, mais concretamente nos casos de edificações com a componente de habitação coletiva, comércio, serviços ou indústria, deve ser criado estacionamento a integrar no domínio público, em conformidade com o dimensionamento preceituado na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3de março, aplicável a título supletivo.-----

¹¹ Artigo 40.º - Dimensões-----

Os lugares de estacionamento referidos no número anterior devem ter as seguintes dimensões mínimas:-----

a) Garagem privativa - 6 m x 3 m;-----

b) Lugar de estacionamento no interior do edifício, nomeadamente garagem coletiva, ou a descoberto - 5m x 2,5 m.-----

8.2 As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização da operação urbanística, objeto de análise corresponde ao valor de **255,20 €** (Duzentos e cinquenta e cinco Euros e vinte cêntimos), conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

8.3 Assim o valor total das taxas a liquidar é assim de 397,30 euros.

9. VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DE NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS -----

9.1 Nos termos do n.º 8, do artigo 20.º do RJUE, "as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações [...] constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia, salvo quando as declarações sejam formuladas nos termos do n.º 5, do artigo 10.º". --

9.2 O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador do projeto de arquitetura e especialidades, do autor dos projetos de especialidades e do autor do levantamento topográfico, cujos teores se mostram adequados;-----

9.3 Os elementos instrutórios são os adequados para a operação urbanística, objeto do procedimento de legalização de uma operação urbanística realizada, consubstanciada numa habitação unifamiliar e anexo complementar existente, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, e uma vez que não há lugar à realização de obras, a requerente apresentou os elementos, conforme o n.º 4 do artigo 102.º-A⁽¹²⁾ do RJUE e b) do n.º 5 do artigo 73.º-C⁽¹³⁾ do RMUE;-----

¹² Artigo 102.º -A - **Legalização**-----

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, é dispensada, nos casos em que não haja obras de ampliação ou de alteração a realizar, a apresentação dos seguintes elementos:-----

- a) Calendarização da execução da obra;-----
- b) Estimativa do custo total da obra;-----
- c) Documento comprovativo da prestação de caução;-----
- d) Apólice de seguro de construção;-----
- e) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----
- f) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----
- g) Livro de obra;-----
- h) Plano de segurança e saúde.-----

¹³ Artigo 73.º -C **Procedimento de legalização de operações urbanísticas**

b) Quando não haja lugar à realização de obras de ampliação ou alteração, será igualmente dispensada a apresentação dos seguintes documentos:-----

- i) Calendarização da execução da obra;-----
- ii) Estimativa do custo total da obra;-----
- iii) Documento comprovativo da prestação de caução;-----
- iv) Apólice de seguro de construção;-----
- v) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----
- vi) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----
- vii) Livro de obra;-----
- viii) Plano de segurança e saúde.-----

9.4 Em anexo, à presente informação técnica, os autos de Vistoria prévia n.º 156, emitido em 09/11/2017, e n.º 3/2018, emitido 11/01/2018, com principal evidência para este último, que refere que foram sanadas as questões levantadas no auto de vistoria n.º 156.-----

9.5 As obras de construção levadas a efeito sem a necessária licença, nos termos em que as mesmas se encontram representadas no projeto apresentado, poderem vir a ser regularizadas, mediante a emissão de Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.-----

10. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

10.1 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

10.2 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido legalização das obras de construção levadas a efeito sem controlo prévio da administração, de uma habitação unifamiliar e anexo complementar, patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

10.3 Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e anexo, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----
À consideração superior-----

TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010 APLICÁVEIS Á PRETENSÃO----

O conjunto edificado, destinado a habitação unifamiliar e anexo destinado a arrumos-----

	Área total (m²)	Alt. Fachada (m)	Volume m3
R/C	205,00	5,32	680,60

QUADRO I -Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)						
QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,49	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,77	0,00 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,34	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,70	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,34	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,96		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	40,60		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0	16,24		0,00 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0	25,52		0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	22,04		22,04 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,80		34,80 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	46,40		0,00 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						56,84 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						10
Moradia unifamiliar						
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25				T =		142,10 €

QUADRO II - Cálculo das taxas administrativas-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	63,6	63,60 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	74,20 €	74,20 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,10 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	94,65 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,50 €	11,50 €
Secção IV	VISTÓRIAS			
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 16	Pela realização de outras vistorias não especificamente previstas	2	52,95 €	105,90 €
	TOTAL			255,20 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 142,10 € + 255,20 € = **397,30 €-----**

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 19.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, bem como o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos sugeridos no ponto "10. PROPOSTA DE DECISÃO".-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.01.19. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. VIABILIDADE DE ALTERAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 9/2001, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 1008/95 - DIAMANTINO MANUEL CORREIA BRAGA - LUGAR DE BARROCO, FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ARQ.º PAULO ROXO DATADA DE 09.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

O presente parecer surge na sequência da informação prestada por estes serviços em 17 de novembro de 2017 (Informação /proposta n.º

206/DPM/2017) e respeita a um pedido de informação prévia, relacionado com a verificação da possibilidade de as especificações enunciadas no Alvará de loteamento n.º 9/2001, poderem vir a ser objeto de alteração, mais concretamente as especificações definidas para os lotes n.ºs 8 e 9, cujos proprietários são, respetivamente, o Sr. Arlindo Constantino Pereira e o requerente. -----

Tal pedido foi formulado através do requerimento registado nesta Autarquia com n.º 1973/17, em 6 de novembro, complementado, na esfera da fase de saneamento e apreciação liminar, pelo requerimento registado com o n.º 2040/17, em 16 de novembro de 2017.-----

2. ANTECEDENTES DO PROCESSO-----

Os antecedentes deste processo encontram-se enunciados na informação/proposta acima referenciada, cujo conteúdo, no que a este aspeto se refere, aqui se dá por reproduzido.-----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

À semelhança do ponto anterior, o enquadramento da pretensão encontra-se, em parte, elucidado na informação/proposta acima referenciada, cujo conteúdo, no que a tal assunto respeita, aqui se dá por reproduzido, acrescentando-se o seu enquadramento no contexto da subseção II, da seção II, do capítulo I, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e posteriores alterações.-----

4. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

O pedido em questão assenta na junção dos lotes n.ºs 8 e 9, no sentido de se criar um novo lote que passará a ser designado com o n.º 8.----

Neste novo lote, o requerente deseja levar a efeito uma nova edificação com, no máximo, dois pisos acima do solo, de apoio à habitação unifamiliar que se encontra a ser erigida no seu lote (lote 9), ou seja, prevê para a nova edificação a possibilidade de se introduzir acomodações para hóspedes (quartos), estúdio, sala de jogos e outras utilizações que se enquadrem na filosofia de apoio preconizada.-----

Em relação à última versão aprovada para a operação de loteamento em causa, a atual pretensão do requerente acarreta um aumento da área de implantação (*mais 118,50 metros quadrados*) e uma diminuição da área de construção (*menos 56,00 metros quadrados*).-----

Assim sendo, da junção anteriormente referida resultará, para o novo lote, as seguintes especificações:-----

Moradias					Anexos			
Lote	Cércea (Max)	N.º Pisos (Max)	Cota de soleira	Tipologia	Cércea (Max)	N.º de pisos (Max)	Tipologia	Cota de soleira
8	6,75	2 (r/c + 1)	0,80	Habitação unifamiliar	6,75	2 (r/c + 1)	Garagem/arrumos e outras utilizações de apoio à habitação	0,15

Conforme mencionado na informação/proposta acima referenciada, analisado o pedido, constata-se que o mesmo não consubstancia qualquer violação aos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o local pelo Plano Diretor Municipal de Chaves. Por outro lado, em termos de integração na envolvente, não vislumbro qualquer impacte passível de gerar constrangimentos, pese embora seja certo que tal fator, diga-se, seja, em grande parte, subordinado à composição escultórica e à linguagem arquitetónica a conferir à nova edificação.-----

Refere-se que, para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RUUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e posteriores alterações, foram, mediante Edital, auscultados os demais proprietários dos lotes

abrangidos pelo Alvará de Loteamento n.º 9/2001. Do processo se extrai que, decorrida a aludida fase de auscultação, não foi apresentada qualquer oposição por parte dos referidos proprietários.-----

5. TAXAS A LIQUIDAR PELO REQUERENTE-----
Caberá ao requerente liquidar a taxa prevista no n.º 1, do artigo 15.º, do Descritivo da prestação tributável, cujo valor total, na presente data, importa em **105,60 €¹⁴** [(53,60 €) + (3,25 € x 8) + (3,25 x 8)].-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----
Atendendo ao acima enunciado, que é tudo o que se em oferece informar sobre o pedido em questão, permito-me então sugerir a seguinte estratégia procedimental:-----

- Que o presente processo transite para a Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, no sentido de a presente informação ser submetida ao respetivo dirigente.-----

- Caso esta mereça a anuência do referido dirigente, que o presente processo seja então agendado para uma próxima reunião do Executivo Municipal, propondo-se a esse Órgão que profira deliberação no sentido de ser prestada ao peticionário informação prévia favorável ao seu pedido. -----

- Que a deliberação que recair sobre o presente pedido, seja levada ao conhecimento do Sr. Arlindo Constantino Pereira, atual proprietário do lote n.º 8, dando-se assim cumprimento ao determinado pelo n.º 4, do artigo 14.º, do RJUE.-----

Por fim, refere-se que o requerente, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 17.º, do RJUE, dispõe de um ano para requerer o licenciamento das alterações que deseja introduzir à operação de loteamento em causa, pedido que deve ser acompanhado de documentação idónea, que comprove a sua legitimidade para o efeito.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 18.01.2018:-----

Tendo por base toda a análise técnica e de mérito constante da Informação/Proposta N.º 11/DPM/2018, de 9 de janeiro, subscrita pelo Sr. Arq.º José Paulo Roxo Pires da Fonte, no âmbito de um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de alteração das especificações do alvará de Loteamento n.º 9/2001, apresentado a coberto do requerimento n.º 1973/17, de 6 de novembro, completado pelo requerimento n.º 2040/17, de 16 de novembro;-----

Tendo em consideração que o pedido em causa se relaciona com a possibilidade de unificação dos lotes n.º 8 e 9, num novo lote que passará a ser designado por lote n.º 8, com aumento da área total de construção da ordem dos 56,00 m², mantendo-se válidos os restantes parâmetros urbanísticos constantes do referido alvará de loteamento.-
Atendendo ao exposto, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada na emissão de um parecer favorável, relativamente ao pedido de informação prévia em causa, nos termos e para os efeitos mencionados no ponto "6 - PROPOSTA DE DECISÃO" da Informação/Proposta N.º 11/DPM/2018, de 9 de janeiro.-----

¹⁴ Montante que poderá/deverá ser atualizado consoante a data de pagamento, tendo em conta a eventual vigência de novos valores a considerar no respetivo cálculo.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral,
Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-19. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. CONSTRUÇÃO/MODIFICAÇÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 434/15 - GRANDE HOTEL DE CHAVES - SERVIÇOS HOTELEIROS, LDA. - RUA 25 DE ABRIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através da Carta com a referência 465/17/D-DRCN-AVR, de 06-12-2017, registada nesta unidade orgânica com o n.º 2247/17, a EDP-Distribuição, S.A, solicita autorização para ocupação de espaço de domínio público para a execução das infraestruturas eléctricas inerentes à Construção/Modificação da Rede Subterrânea de Média Tensão, na rua do Tabolado e na rua 25 de Abril, para reforço da rede no local.-----

1.2-O processo está instruído com os elementos a seguir mencionados, nomeadamente os referidos no n.º 3 do artigo 4º do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves:-----

-Carta 465/17/D-DRCN-AVR.-----

-Memória Descritiva e Justificativa.-----

-Condições Gerais para a Abertura da Vala, Aterro e Reposição de Pavimento;-----

-Planta de localização, à escala 1/1000, indicando o local, objecto da presente comunicação.-----

-Perfil Transversal da Vala.-----

-Registo Fotográfico.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas eléctricas, estão sujeitas a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4º¹⁵, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

¹⁵ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º¹⁶ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No Contrato¹⁷ de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, renovado por deliberação do Executivo de 31 de julho de 2001, sob Proposta N.º 78/2001, do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara.-----

Quando se torne necessária a realização de obras na via pública, a EDP Distribuição solicitará o seu licenciamento à Câmara, salvo acordo entre as partes ou se tal se revelar impossível ou inconveniente, em virtude de ocorrência de avaria ou caso de força maior, pelo exposto no n.º 2 do artigo 4.º¹⁸, denominado "Utilização das vias públicas", do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves-----

3-PARECER-----

3.1-Pretende a EDP-Distribuição, S.A. intervir em espaço de domínio público, para a execução de abertura e tapamento de vala¹⁹ e reposição de pavimentos, na extensão de 60 m, sendo 36 m na Rua do Tabulado e 24 m no passeio que liga a Rua do Tabulado e a Rua 25 de Abril, pelo prazo de 15 dias.-----

3.2-O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, menciona no seu artigo 12.º, com a denominação "Encargos da Concessão e Isenções, o seguinte: -----

¹⁶ **Artigo 3.º - Licença Municipal**-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

¹⁷ O Contrato de concessão supra referido foi celebrado nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1/9, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30/10, bem como, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 184/95, ambos de 27/7, deverão obedecer, com as adaptações e ajustamentos convenientes, resultantes de cada situação particular, às cláusulas do contrato tipo de concessão que se publica em anexo à Portaria n.º 454/2001, de 5/5.-----

¹⁸ **Artigo 4.º - Utilização das vias públicas**-----

3-O pedido de licença para a realização de obras na via pública será dirigido ao presidente da Câmara, devendo ser instruído com os seguintes elementos:-----

- a) Planta à escala conveniente que localize a obra a realizar;----
- b) Memória descritiva sumária, de onde constem os tipos de pavimentos a levantar, as respectivas extensões, a largura das valas e buracos, a profundidade de colocação dos equipamentos e ainda os prazos previstos para a realização das obras.-----

4-A licença prevista nos números anteriores deverá ser emitida no prazo de 15 dias úteis, decorrido o qual se considera tacitamente deferida.-----

5-A EDP Distribuição procederá à reposição do pavimento no prazo constante da licença ou do acordado com a câmara, caso a caso e de acordo com as indicações desta.-----

6-Se a EDP distribuição não proceder à reposição do pavimento no prazo estabelecido, a câmara poderá executar esses trabalhos, facturando àquela os respectivos encargos.-----

¹⁹ Destinada à instalação de canalização eléctrica para alimentação do Grande Hotel de Chaves.-----

"A concessão confere à Câmara o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens do domínio público municipal, as quais serão determinadas por portaria ministerial, sendo aquela e estas indissociáveis, pelo que nenhuma delas será devida separadamente.-----

3.3-No processo consta a INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 22/DSCH/2018, da autoria do Dr° Sérgio Carneiro a exercer funções na Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, a qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo a mesma ser dada a conhecer à requerente.-----

3.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- a) Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----
- b) Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----
- c) *A reposição do pavimento, respeitará as características e natureza do que inicialmente existia, de acordo com as indicações da fiscalização dos serviços municipais, que irão acompanhar as intervenções constantes do pedido.*-----
- d) *As obras só terão início após a validação dos trabalhos a executar e respectiva calendarização, pelos serviços de fiscalização municipal, conforme o previsto no n.º 5, do artigo 4º da Portaria n.º 454/2001.-*
- e) *Apresentação pela promotora de um plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que tutela o património (Direção Geral do Património Cultural), antes ou no ato da emissão do alvará.*-----

3.5-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

4-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

4.1-Considerando que, a EDP- Distribuição, na qualidade de concessionária tem o direito a utilizar as vias públicas, pelo exposto no n° 1 do artigo 4º do Contrato de concessão realizado de acordo com a Portaria n° 454/2001, de 5/5;-----

4.2-Considerando que, a EDP-Distribuição, solicitou ao Município de Chaves a licença para a realização de obras na via pública, com a apresentação dos elementos necessários, nos termos do disposto no n° 2 e 3 do artigo 4º do referido contrato de concessão;-----

4.3-Considerando que, é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre o pedido de licenciamento, de acordo com as disposições combinadas no n° 1 do artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público e na alínea qq) do n° 1, do artigo 33º da Lei n° 75/2013, de 12/9;-----

4.4-Considerando que, embora o regulamento municipal preveja a prestação de caução para a execução das obras no subsolo, dado tratar-se de uma entidade concessionária, esta está obrigada a fazer a reposição dos pavimentos conforme indicação da câmara municipal, sob pena de aquela entidade sujeitar-se às penalidades vertidas no n° 6 e 7 do artigo 4º do contrato de concessão supra referido;-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao mencionado no anterior capítulo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento²⁰ da construção das infraestruturas eléctricas inerentes à Construção/Modificação da

²⁰ **Artigo 6º - Caducidade da deliberação**-----

A licença caduca se, no prazo de noventa dias a contar da sua notificação, não for requerida a emissão do respectivo alvará.-----

Rede Subterrânea de Média Tensão para interligação do cabo de Média Tensão desde a Rua do Tabulado até à Rua 25 de Abril, nos termos do disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de infraestruturas eléctricas - 60 ml-----

-Tipo de obra - Construção/Modificação da Rede Subterrânea de Média Tensão para Interligação do Cabo de Média Tensão na Rua 25 de abril.-

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido (Art.17º).....54,00 €

-Emissão de licença (Artigo 18º)10,80 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,20 €

-Pela ocupação do solo ou subsolo, com tubos, condutas e cabos condutores por metro linear e por ano (nº 8 do artigo 20º).....60,00 €

TOTAL A PAGAR..... **128,00 €**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **15 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 434/15, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento, a exercer funções no Sector de Estudos, Acompanhamento e Análise de Projectos (SEAAP), desta unidade orgânica, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-

5.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº2247/16, acompanhado da Planta de Localização à escala 1/1000, constante no processo a folha nº 2 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão²¹ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas e Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, de tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento.-----

5.5-Após a execução da obra, a promotora deverá apresentar o traçado final da infraestrutura eléctrica (1 exemplar + CD), de acordo com o artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, o qual será posteriormente remetido ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, conforme previsto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

²¹ **Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

5.6 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 19.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento da construção das infraestruturas elétricas inerentes à construção/modificação da Rede Subterrânea de Média Tensão em causa, nos termos previstos no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, com as condições de licenciamento expressas no item 3.4 desta informação.-----
Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 5.3 e seguintes desta informação.-----
À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.01.19. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 735/17 - MARA CARMOS JESUS ROCHA - RUA DO OLIVAL N.º 19, VILA VERDE, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 18.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 1883/17, referente ao processo n.º 735/17, a Sr^a Mara do Carmo de Jesus Rocha solicita nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE) e artigo 73.ºC do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE), a legalização da obra referente à edificação de uma moradia unifamiliar, situada na Rua do Olival nº19 ,Vila Verde de Oura. A requerente completou o pedido através do requerimento nº87/18.-----

2. Localização-----

O prédio, situado Rua do Olival nº19, Vila Verde de Oura, sobre o qual recaiu a presente operação urbanística encontra-se descrito na Conservatória do registo predial de Chaves sob o n.º 107/19860725. Pela descrição na certidão verifica-se que o prédio com a área de 660m2 possui uma habitação de r/c com 64m2. -----

3. Antecedentes-----

Não se vislumbram antecedentes ao presente pedido.-----

4. Enquadramento da pretensão-----

4.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE-----

4.2. - Nos Regulamentos Municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. Refira-se que por este articulado, nomeadamente o disposto no seu n.º3 a legalização de operação urbanística de edificação será titulada por alvará de utilização, no qual deverá constar menção expressa que o edifício a que respeita foi objeto de legalização-----

4.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

- Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

- De acordo com a publicação em Diário da República, de 03 de janeiro de 2018, do aviso n.º155/2018- por motivo de alteração do PDM de Chaves foi aberta o período de discussão pública pelo prazo de 30 dias seguidos a contar do dia seguinte à sua publicação que terá entre outros os seguintes efeitos: "... Nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes de plano municipal de ordenamento do território, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor daqueles planos.-----

- Por informação n.º1/SPMOT/2018 com concordância superior por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal a 10 de janeiro, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão.-

- Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação acima citada é considerado poder ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal, permitindo o seu prosseguimento, "os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor".-----

5. Analise-----

5.1. Analise da pretensão-----

É pretensão do requerente a legalização de um imóvel destinado a habitação, de dois pisos sendo um abaixo da cota de soleira numa área bruta total de 205,40m2 com uma cércea de 5.30m num prédio com a área total de 660m2.-----

Pelo agora citado verifica-se que o índice de construção é de $I_c = 205,40/660 = 0,31m^2/m^2$ -----

5.2. Analise da instrução do processo -----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização -----

5.3. Analise face aos instrumentos de planeamento urbanístico em vigor

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o

prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

Pela tabela abaixo pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumpre os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor e na proposta de alteração que se encontra em discussão pública.-----

		Artigo 19º do regulamento do PDM	
	Parametros da edificação	Em vigor	Proposta de alteração
IC (m2/m2)	0.31	≤ 0.50	≤ 0.8
Cercea (m)	5.30	≤ 7.5	≤ 27.5
n.º pisos	2		≤ 2

5.4. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE, que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 30 de novembro ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas deficiências que se encontram retratadas no auto de vistoria n.º164. -----

Através do requerimento nº 87/18 o peticionário apresentou elementos que colmatou as deficiências descritas no auto.-----

6. Parecer/Conclusão -----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Nos termos da informação nº1/SPMOT/2018, considera-se desde já, que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----
- Pelo descrito no ponto 5.3 pode-se verificar que os parametros urbanísticos associados à edificação cumpre os parametros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor e na proposta de alteração que se encontra em discussão pública.-----

7. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 5 da presente informação e conclusão descrita no ponto 6, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a ampliação de imóvel pré-existente.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de edificação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído

de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização com menção expressa que construção foi sujeita ao procedimento de legalização-ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

Anexo :Cálculo do valor das taxas municipais-----

- Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		63,60 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	74,20 €	74,20 €
	TOTAL			137,80 €

- Cálculo das taxas de infraestruturas-TI-----

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)						
QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Custo (C)	
	Faixa de rodagem						
	- Granito (calçada a cubos)		4.6		13.08	60.17	€/m
	- Betão		0		13.08	0.00	€/m
REDE DE ÁGUA		1		21.61		21.61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1		34.12		34.12	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						115.90	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública(m)						20.8	
Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.							
T = C x m x 0,25					T =	602.67	€

- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU-----

	Autorização de utilização	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	27,55 €	27,55 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no numero 1	1	10,60 €	10,60 €
	TOTAL			64,15 €

- Cálculo das taxas de vistorias TV-----

Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
-----------------------	-----	------	-------

Capítulo				
II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção				
V CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO				
Artigo				
75º Vistoria para efeito de autorização				
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	52,95 €	52,95 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2aº)	habitação unifamiliar	1	11,60 €	11,60 €
TOTAL				64,55 €

taxas administrativas-TA	137,80 €
taxas de infraestruturas-TI	602,67 €
taxas de autorização de utilização TAU	64,15 €
taxas de vistorias TV	64,55 €
Valor total	869,17 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 19.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, bem como o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos sugeridos no ponto "7. PROPOSTA DE DECISÃO".-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.01.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE NOVOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DO PLANO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 18.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES-----

1. A presente informação visa levar ao conhecimento superior as razões de facto e de direito que justificam a designação dos novos representantes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Acompanhamento (atualmente designada de Comissão Consultiva) do procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Chaves.-----
2. De acordo com o previsto no artigo 83.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, o acompanhamento da revisão do PDM de Chaves é assegurado por uma Comissão Consultiva de natureza colegial, coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).-----
3. A composição dessa comissão traduz a natureza dos principais interesses a salvaguardar, integrando os representantes dos serviços e entidades da administração direta ou indireta do Estado (que asseguram a prossecução dos interesses públicos setoriais com relevância na área de intervenção do plano, ou às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano), da entidade responsável pela elaboração do plano, da assembleia municipal, dos municípios vizinhos e de outras entidades públicas cuja participação seja legalmente exigível. -----
4. Tal comissão fica obrigada ao acompanhamento continuado dos trabalhos de elaboração/revisão da proposta de plano e a sua constituição, composição e funcionamento são atualmente regulados pela Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.-----
5. O funcionamento das comissões consultivas é apoiado na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) disponibilizada desde o mês de agosto de 2017 pela Direção Geral do Território através do endereço eletrónico <http://pcgt.dgterritorio.gov.pt/>. Como tal plataforma apenas foi disponibilizada recentemente, até ao momento tem vindo a ser utilizada a plataforma criada pela CCDR-N, através do endereço eletrónico <http://212.55.137.35:8083/PMOT/ccdrn>, onde são disponibilizados todos os documentos relevantes para o acompanhamento da revisão do PDM de Chaves. -----
6. De salientar que ambas plataformas têm uma área restrita, reservada à acreditação de membros das comissões consultivas e das entidades formalmente envolvidas no acompanhamento dos programas e planos territoriais, bem como uma área de acesso livre, destinada a facultar aos interessados e a todos os cidadãos em geral a informação de carácter público relativa ao acompanhamento dos programas e planos territoriais.-----
7. Em termos de antecedentes relacionados com a criação da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Chaves, refere-se que em reunião de Câmara Municipal realizada em 13 de agosto de 2012 foi determinado o reinício formal dos trabalhos relacionados com o procedimento de revisão do PDM de Chaves.-----
8. Neste seguimento e dando cumprimento ao estabelecido na anterior Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro (que, naquela data, regulava a constituição, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento dos planos), foi realizada dia 8 de outubro de 2012, uma reunião preparatória com a CCDR-N para efeitos de seleção dos serviços e entidades que deveriam integrar a Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Chaves, tendo tal proposta sido submetida a Despacho do Senhor Presidente da CCDR-N. -----
9. Em 5 de dezembro de 2012 foi publicado em Diário da República, 2.ª Série - n.º 235, o Aviso n.º 16281/2012, com a constituição da

Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, cuja cópia se anexa à presente informação para o devido conhecimento. -----

10. Nesta sequência, as entidades e serviços integrados nessa comissão procederam à designação dos respetivos representantes e, no caso do Município de Chaves, os mesmos foram indicados em função da composição dos órgãos executivo e deliberativo que se encontrava em funções naquela data.-----

II - FUNDAMENTAÇÃO-----

1. Na sequência do resultado das últimas eleições autárquicas e da tomada de posse de novos órgãos eleitos, considera-se necessário que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Chaves continuem a garantir a sua representação na Comissão Consultiva da revisão do PDM de Chaves;-----

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 84.º do RJIGT, conjugado com o artigo 6.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, a designação dos representantes que integram as comissões consultivas inclui obrigatoriamente a delegação ou subdelegação dos poderes adequados para efeitos de vinculação dos serviços e entidades representados.---

3. Assim, tendo em consideração o calendário previsto para a realização da próxima sessão da Assembleia Municipal no próximo mês de fevereiro, precedida de três reuniões da Câmara Municipal, considera-se conveniente e oportuno, neste momento, propor que estes órgãos executivo e deliberativo municipais designem os seus respetivos representantes.-----

4. Atendendo ao anteriormente exposto e considerando que:-----

a) Foi publicado em Diário da República, o Aviso n.º 1628/2012, de 16 de novembro, com a constituição da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Chaves, na qual constam entre outras entidades e serviços, a Câmara Municipal de Chaves e a Assembleia Municipal de Chaves;-----

b) O resultado das últimas eleições autárquicas determinou a eleição e a tomada de posse de novos órgãos representativos do Município de Chaves;-----

c) A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Chaves devem garantir a sua representação na Comissão Consultiva da revisão do PDM de Chaves através da designação de novos representantes²².-----

d) A indicação do representante da Câmara Municipal de Chaves deverá ser determinada em reunião de Câmara, sendo certo que a próxima reunião será realizada no dia 25 de janeiro do ano corrente;-----

e) A designação do representante da Assembleia Municipal de Chaves deverá ser determinada em sessão de Assembleia, estando a próxima sessão agendada para o final do mês de fevereiro deste ano;-----

f) A informação de contacto dos dois representantes designados pelos órgãos executivo e deliberativo municipais deverá ser ulteriormente comunicada à entidade que preside a Comissão Consultiva (de Acompanhamento) do PDM de Chaves, no caso concreto, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.-----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

1. Atendendo às razões de facto e de direito enunciadas, sou a propor que superiormente sejam proferidos os competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar a seguinte estratégia procedimental: -----

²² Salientando-se que a designação dos representantes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal poderá recair num eleito local ou num técnico especificamente designado para o efeito.-----

- a) Numa primeira fase, proceda à designação do seu representante na Comissão Consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves;
 b) Sequencialmente, submeta a presente informação à próxima sessão da Assembleia Municipal, para efeitos de designação do respetivo representante deste órgão deliberativo na Comissão Consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

2. Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento, sou a propor que toda a informação de contacto dos dois representantes que vierem a ser designados (incluindo endereços de correio eletrónico) seja comunicada, através de ofício, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, enquanto entidade que preside à Comissão Consultiva da revisão do PDM de Chaves.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

A Técnica Superior, na ausência do Chefe de Divisão,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -

Visto. Concordo. Proponho que o representante do Executivo Municipal seja o Dr. Francisco Chaves de Melo, em coerência com a área de intervenção que lhe está confiada. -----

À Reunião do Executivo Municipal para deliberação. -----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 0 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. COLOCAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - RUA DA PAZ E PRAÇA DOS POVOS, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 08.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- OBJETO DA INFORMAÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nos Serviços da Secção de Atendimento do Município, com o NIPG 13137/17, em 07 de dezembro de 2017, veio a empresa identificada em epígrafe dar cumprimento ao despacho do vereador responsável por esta área de intervenção municipal, Eng.º Victor Santos, em 14-11-2017, praticado sobre Informação nº 144/SSIG/2017, apresentando os elementos em falta ao pedido de emissão de licença para a colocação de um painel publicitário no arruamento compreendido entre a Rua da Paz e Praça dos Povos (rotunda de acesso à autoestrada A24), na freguesia de Vale de Anta, concelho de Chaves. -----

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1 Com a entrega dos elementos solicitados, verifica-se que são cumpridos os critérios estabelecidos nos Artigos 6º e 25º do Regulamento Municipal de Publicidade (RMP). -----

2.2 Supridas as deficiências encontradas, estes serviços entendem, salvo opinião em contrário, que o requerente reúne as condições necessária para a satisfação do pedido de emissão de licença para a colocação de um painel publicitário junto ao arruamento de ligação à A24, no local com coordenadas geográfica 41º 45'47.81"N e 7º 28'58.67"W, com as dimensões (8*3m).-----

III- PROPOSTA-----

3.1 Considerando que face aos novos elementos apresentados o pedido do requerente cumpre o preceituado no Regulamento Municipal de Publicidade;-----

3.2 Considerando que cabe à Câmara Municipal o licenciamento para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias na área do Município de Chaves;-----

Face ao exposto, propõe-se superiormente a seguinte estratégia procedimental:-----

(i) O deferimento do pedido de emissão de licença para afixação de publicidade em um painel com as dimensões de (8 *3 metros), pelo período de um ano;-----

(ii) No caso desta proposta vir a ter acolhimento superior, mais se propõe que seja encaminhado o processo para a Divisão de Administração e Fiscalização para o cálculo das devidas taxas e outros fins tidos por convenientes. -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 16.01.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Nesse seguimento, deverá o processo ser encaminhado á Divisão de Administração e Fiscalização para efeitos de cálculo das respetivas taxas aplicáveis e outros fins julgados convenientes.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.18. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.01.19. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE PARA PAINEL PUBLICITÁRIO - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - AVENIDA DR. MÁRIO SOARES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 08.01.2018.-----

I- OBJETO DA INFORMAÇÃO-----

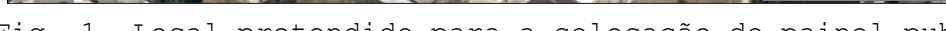
1.1.7. A presente de requerimento registrada nos Cartões de Cadastro de

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1. Dado o conjunto dos elementos solidificados os elementos de um mesmo dígito

2.2 Supridas as deficiências encontradas o pedido reúne, agora, as

2.3 Assim, pela análise dos dados, verifica-se que o local pretendido



2.4 Nesta circunstância, atendendo ao preceituado no número 3 do

2.5 Assim, pelo exposto e em consonância com o preceituado no Artigo

III- PROPOSTA DE DECISÃO-----

3.1 Considerando que a afixação, inscrição ou difusão de mensagens

3.2 Considerando que de acordo com o preceituado no número 3 do Artigo

mensagens publicitárias, seja qual for o suporte que utilizem, em espaços verdes.-----

Pelo exposto e em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

- a) Propor o indeferimento da pretensão do requerente;-----
- b) Caso esta proposta venha a ter acolhimento superior, deverá o interessado ser notificado do sentido provável de decisão, nos termos do Artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 16.01.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Neste contexto e atento o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados, sou a propor que superiormente seja adotada decisão de notificação da empresa interessada para, no prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciado.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

A Técnica superior, na ausência do Chefe de Divisão,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.18. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.01.19. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVA BANCADA - PROCESSO N.º 350/17 - GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES - ESTÁDIO MUNICIPAL ENG.º MANUEL BRANCO TEIXEIRA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a BRANCA FERREIRA DATADA DE 12.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento com o registo de entrada nos serviços municipais com o n.º 2258/17, referente ao processo n.º 350/17, o GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES, Associação de Utilidade Pública, apresenta elementos, relativos ao pedido de parecer prévio, com vista á aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de demolição da bancada topo Sul existente e construção de uma nova, localizada, no Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira, freguesia de Santa Maria Maior, no concelho de Chaves.-----

2 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

2.1 - O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 14 e 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

3 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

3.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea a), do n.º1, artigo 7.º, do Decreto-Lei 555/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, doravante designado por RJUE, por se reportar a uma operação urbanística promovida pela administração pública, estando deste modo isenta de licença. -----

3.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

3.2.1- O Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), está inserido num espaço da "*Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves*". -----

3.2.2- Por outro lado, sobre o prédio impendem servidões e restrições de utilidade pública advenientes da sua localização, designadamente:

3.2.2.1- Servidão militar constituída pelo Quartel do Alto da Trindade, Carreira de Tiro e Forte de São Neutel, estabelecida no Decreto n.º 25/70;-----

3.3- No âmbito da alteração do regulamento do PDM, em fase de discussão pública, publicada em Diário da República - Aviso n.º 155/2018, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, o equipamento desportivo, situa-se em área a abranger por novas regras urbanísticas.-----

3.3 - Em diplomas especiais-----

3.3.1- O presente pedido enquadra-se no disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto - Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto - Lei n.º 110/2012, de 21 de Maio, pelo facto de, estarmos perante uma instalação desportivas especiais para o espetáculo desportivo. -----

4 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

4.1- O projeto em apreciação, diz respeito a pedido de autorização, para demolição da bancada existente no topo Sul do Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira e construção de uma nova bancada, com capacidade para 3000 lugares, ficando o estádio com a capacidade total de 8 400 lugares.-----

4.2- O programa funcional proposto do edifício é distribuído em vários espaços, e dois níveis, articulando a cota altimétrica com a solução proposta, segundo um critério que assenta nas características próprias do local, na capacidade de associação dos elementos estruturais que o formam e de modo a organizar adequadamente os compartimentos de apoio à bancada, estes situados abaixo dos degraus da bancada, que devido ao tipo de volumetria, criam-se espaços livres para utilização. Em relação aos espaços de apoio e serviços temos: 2 bares, 5 instalações sanitárias, 1 posto médico, 2 espaços para instalação futura de comércio ou serviço.-----

4.3- No que respeita aos acessos e estacionamento, o estádio municipal já tem previsto estacionamento, no entanto, como existirá alteração exterior propõe-se a criação de mais alguns lugares de estacionamento no recinto exterior do estádio, prevemos um aumento de 24 lugares de estacionamento dos quais 4 destinados para a mobilidade condicionada.

4.4 - A proposta apresentada prevê ainda a requalificação do espaço público exterior, por forma a interagir com os serviços que se pretendem criar e reforçando a sua diversidade funcional.-----

4.5- Usando a faculdade prevista no n.º1 do artigo 13-B.º do RJUE, o requerente consultou o Ministério da Defesa Nacional Exército Português Comando da Logística - Direção de Infraestruturas, face á

servidão militar constituída pelo Quartel do Alto da Trindade, Carreira de Tiro e Forte de São Neutel, a entidade, emitiu parecer favorável ao "licenciamento da reconstrução/remodelação da bancada topo Sul do estádio municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira, datado de 2017-08-11.-----

4.6- No âmbito da operação urbanística em apreciação, o requerente, consultou a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a entidade emitiu parecer favorável datado de 2017-08-21, nos termos da informação anexa, a folhas 488 e 489 do processo.-----

4.7- Foi solicitado pelo Município parecer à ARS Norte, tendo a entidade, emitido parecer favorável datado de 2017-07-12, nos termos da informação anexa, a folhas 405 e 406 do processo.-----

4.8 - No estrito cumprimento do artigo 11.º do Decreto- Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho e ulteriores alterações, o requerente apresenta, parecer do Instituto Português do Desporto e Juventude de Portugal, I.P, nos termos da informação anexa, a folhas 574 e 575 do processo.-----

5 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1- Considerando, que se trata de um pedido de demolição e construção de nova bancada no Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira, de forma a melhorar as condições de acesso e segurança aos seus utentes.

5.2- Considerando, que a proposta apresentada, propõe uma relação direta inequívoca com o espaço público, ficando assegurada a qualificação arquitetónica, ambiental dos espaços projetados exteriores.-----

5.3- Considerando, que consta do processo os pareceres favoráveis da ARS Norte e da ANPC.-----

5.4- Considerando, que o Ministério da Defesa Nacional Exercito Português Comando da Logística - Direção de Infraestruturas, emitiu parecer favorável a operação urbanística em apreciação, face à Servidão militar constituída pelo Quartel do Alto da Trindade, Carreira de Tiro e Forte de São Neutel, estabelecida no Decreto n.º 25/70.-----

5.5- Considerando, que pese embora o "complexo desportivo" se insira em área a abranger por novas regras urbanísticas, a proposta apresentada enquadra-se no artigo 60.º do RJUE.-----

5.6- Considerando, que as obras de edificação, com enquadramento no artigo 60.º do RJUE, se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, em fase de discussão pública, publicada em Diário da República - Aviso n.º 155/2018, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018.-----

6- PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis, propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

6.1.1. Propor a emissão de parecer favorável à operação urbanística em causa, consubstanciada em obras de demolição da bancada topo Sul existente e construção de uma nova, localizada, no Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira, dado que observa o estipulado no n.º 6 do artigo 7.º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec. - Lei 136/2014 de 9 de Setembro. -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 22.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento da operação urbanística em causa, isenta de controlo prévio pelo facto de ser promovida pela autarquia, e que abrange obras de demolição da bancada topo Sul existente e construção de uma nova bancada no Estádio Municipal Eng.º Branco Teixeira, dado que observa as condições estabelecidas no n.º 6 do artigo 7º do RJUE.-----

À consideração do Sr. Vereador Victor Santos.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.01.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra, concedendo parecer favorável, no âmbito do Regime das operações urbanísticas promovidas, pela Administração Pública, previsto no artigo 7º do RJUE, aprovando, assim, a operação urbanística de demolição e reconstrução da nova bancada do Estádio Municipal Eng. Branco Teixeira. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - APROVAÇÃO DE SUBEMPREITEIRO. -----

Foi presente a informação nº 23/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 28 de 8 de fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 5 de junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 319 940,00 € (trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 19 de junho de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 28 de junho de 2017. -

II - Fundamentação -----

Com vista à aprovação por parte do dono de obra, para a admissão de subempreiteiros, a entidade executante, através de correio eletrónico

em 11 de janeiro de 2018, vem apresentar os documentos que respeitam ao contrato de subempreitada, da seguinte empresa: -----
BRAGALUX, montagens elétricas S.A. -----

- ALVARÁ 2110-PUB -----
- CONTRATO DE SUBEMPREITADA -----
- APÓLICE DE SEGURO AT -----
- CERTIDÃO DA SEGURANÇA SOCIAL -----
- CERTIDÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

1. Da análise dos elementos apresentados, conclui-se que este subempreiteiro reúne as condições preceituadas na cláusula 48º do caderno de Encargos, nos artigos 383º e seguintes do CCP, nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do D.L. 12/04 de 9 de janeiro e da portaria 19/2004 de 10 de janeiro, com salvaguarda inclusive do somatório dos valores subcontratados até à data, não ultrapassar 75% do valor global da obra. Neste contexto, os trabalhos subcontratados, com "BRAGALUX S.A.", correspondem à execução das infraestruturas elétricas, descritas no mapa de medições que faz parte integrante do contrato de subempreitada e representam 0,6%, do valor global da obra. -----

2. Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na aceitação dos referidos subempreiteiros, propondo-se, que superiormente sejam adotados os seguintes procedimentos administrativos: -----

- a) Que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --
- b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. -----

À consideração Superior. -----

Divisão Obras Públicas, 11 de janeiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----

Em Anexo: cópia da documentação do subempreiteiro -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.01.16. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. "REFORÇO DE CAUDAL DE ÁGUA TERMAL PARA AS TERMAS DE CHAVES". LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO. -----

Foi presente a informação nº 25/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 13 de 20 de Janeiro de 2015, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Reforço de Caudal de Água Termas para as Termas de Chaves". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 13 de Março de 2015, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ANTEROS EMPREITADAS, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 13 de Abril de 2015. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 271.999,00€ (Duzentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 14 de Abril de 2015. -----

7. A receção provisória ocorreu no dia 28 de Julho de 2015. -----

8. A entidade executante através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo n.º 9965 do dia 20 de Dezembro de 2017, vem solicitar a liberação da caução de acordo com o estabelecido no decreto-lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto de 2012. -----

II - Fundamentação

1. Deste modo, procedeu-se à vistoria dos trabalhos da empreitada, no dia 11 de Janeiro de 2018, de acordo com Auto de Vistoria que se Anexa, conforme o previsto no artigo 4.º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto, verificando-se não haver anomalias técnicas e que os trabalhos se encontram executados dentro das condições técnicas previstas no projeto e em conformidade com as boas praticas de execução. -----

2. De acordo com a Clausula 7.ª do contrato houve lugar à prestação de caução através de Garantia Bancária N00396537, emitida pelo Novo Banco, S.A. em 27 de Março de 2015, no valor de 27.199,00€, correspondente a 10% do valor do contrato. -----

III - Da Proposta

Face ao exposto, propõe-se que seja autorizada a redução da referida caução em 60% do valor, que corresponde a 16.319,40€, (Dezasseis mil, trezentos e dezanove euros e quarenta cêntimos), referente 30% ao primeiro ano e 30% ao segundo ano, conforme o seguinte: -----

Contrato	Tipo	Valor da Caução	Redução de 60%	
Contrato Inicial	Bancária N00396537 Novo Banco, S.A. em 27/03/2015	27.199,00€	1.º Ano, 30%	8.159,70€
			2.º Ano, 30%	8.159,70€

Total 16.319,40€

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 12 de janeiro de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Em Anexo: Auto de Vistoria -----

Ofício do Pedido -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.01.16. -
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 12/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 12/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 16.855,96 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €16.855,96 (Dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 13/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 13/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 32.173,57 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €32.173,57 (Trinta e dois mil, cento e setenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 5.796,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €5.796,80 (cinco mil, setecentos e noventa e seis euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 4/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 11.975,72 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €11.975,72 (onze mil, novecentos e setenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 11.898,56 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €11.898,56 (onze mil, oitocentos e noventa e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 2/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 2/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 20.911,77 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.911,77 (vinte mil, novecentos e onze euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 7.836,38 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €7.836,38 (sete mil, oitocentos e trinta e seis euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 14/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 14/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 41.545,68 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €41.545,68 (quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 15/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 15/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 7.948,15 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €7.948,15 (sete mil, novecentos e quarenta e oito euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018. ---

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINAMICA, LDA., no valor de 54.405,35 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €54.405,35 (Cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.13. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 7/DOP/2018. ---

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 7/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINAMICA, LDA., no valor de 11.925,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €11.925,00 (onze mil, novecentos e vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.14. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES - LOTE 3 (PAMUS 1.2)

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. ENQUADRAMENTO -----

1.1. O Município de Chaves, em setembro de 2015, apresentou uma candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), em resposta ao Aviso EIDT-99-2015-03, de 19 de junho, do Programa Operacional Regional do Norte 2020, a qual foi aprovada pela Comissão Diretiva do PO NORTE em abril de 2016, tendo sido celebrado o respetivo contrato em maio de 2016. -----

1.2. O PEDU de Chaves, integrou um conjunto de ações enquadradas nas três Prioridades de Investimento do Programa Operacional Regional do Norte 2020 estabelecidas (PI-4.5, PI-6.5 e PI-9.8), as quais foram agrupadas, tendo originado os seguintes Planos de Ação: i) Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), ii) Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), e iii) Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). -----

1.3. As ações que integram o PAMUS, enquadram-se na Prioridade de Investimento PI-4.5, visam a "promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação", processando-se pelo AVISO N° NORTE-06-2016-19. Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 5 - Sistema Urbano, estando associado ao Objetivo Temático 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores. -----

1.4. Apesar do PEDU de Chaves e, consequentemente, os três Planos de Ação que dele fazem parte, já terem sido aprovados pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, por deliberação datada de 13-4-2016, as operações incorporadas têm vindo a ser submetidas na Plataforma "Balcão 2020", individualmente, à aprovação desta entidade gestora. -

1.5. Por deliberação do Executivo Municipal, em Reunião de Câmara de 28-4-2017, foi decidido adjudicar a obra de "Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes" à empresa "Anteros Empreitadas - Sociedade de Construção e Obras Públicas, SA", pelo valor de 319.940€ + IVA, obra esta que se encontra em fase de execução. -----

2. PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Durante o período de execução da obra, e atendendo ao facto de ter sido superiormente decidido o abate das árvores existentes no lado direito do troço compreendido entre a Av. do Estádio e o parque de estacionamento existente junto ao pavilhão gimnodesportivo, estes serviços entenderam ser oportuno proceder à alteração do seu perfil transversal tipo. -----

2.2. Esta alteração consiste, fundamentalmente, na criação de uma nova faixa de estacionamento no lado esquerdo do referido troço viário, com arborização intercalada, solução que inicialmente não foi possível projetar, devido às árvores existentes, que condicionavam fortemente o perfil transversal. -----

2.3. Considera-se também que este aditamento vai, por um lado, resolver o problema do estacionamento abusivo sobre o passeio existente junto ao mercado, que se verifica diariamente e, por outro, dar resposta às necessidades e pretensões da população em geral. ----

2.4. A reconfiguração geométrica, agora proposta nas peças desenhadas em anexo, irá originar: -----

a) O redimensionamento transversal das faixas destinadas à circulação pedonal; -----

- b) A realocação de algumas colunas de iluminação pública; -----
- c) A duplicação dos lugares de estacionamento troço compreendido entre a Av. do Estádio e o parque de estacionamento existente junto ao pavilhão gimnodesportivo; -----
- d) A pedonalização do acesso ao parque de estacionamento do pavilhão gimnodesportivo; -----
- e) A criação de novos alinhamentos arbóreos, para melhoria das condições de conforto na circulação pedonal. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto, tomamos a liberdade de sugerir que se adote a seguinte estratégia procedimental: -----

3.1. Que se submeta a presente proposta a Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção da competente aprovação do aditamento do "Projeto da obra de Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes - Lote 3 (PAMUS 1.2)", por parte do Executivo Municipal; -----

3.2. Caso a presente proposta venha a merecer homologação por parte do Executivo Municipal, entendem estes serviços que estarão reunidas as condições para que o Executivo também delibere, nesta mesma sessão, sobre a proposta apresentada pela Divisão de Obras Públicas, elaborada já com base nesta nova versão do projeto de execução. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral. Chaves, 19 de janeiro de 2018 -----

Os técnicos superiores -----

Eunice Pereira, Arq. Paisagista -----

Luís Santos, Arq -----

Em anexo: -----

Peças desenhadas do aditamento ao projeto de execução -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO) DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL PEIXOTO, DE 19.01.2018: ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral para que, havendo concordância com o preconizado, adote a decisão de submeter a presente proposta a Reunião de Câmara para deliberação.---

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.15. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

Foi presente a informação nº 38/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 28 de 8 de fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 5 de junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 319 940,00 € (trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 19 de junho de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 28 de junho de 2017. -

II - Fundamentação -----

1- A entidade executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo nº 293 de 11 de janeiro de 2018, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 35 dias, argumentando para o efeito, os seguintes motivos: -----

- Indefinições do Dono de Obra, relativamente aos trabalhos de iluminação pública; -----
- Indefinição do projeto, relativamente à Rede de Abastecimento de água; -----
- Rede de drenagem de águas pluviais; -----
- Desativação de colunas de iluminação pública, para a remoção de raízes de árvores; -----
- Rede de saneamento; -----
- Suspensão da execução de passeios, por indicação do dono de obra; --
- Condições climatéricas adversas. -----

2-Feita análise aos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

I- O projeto de execução, sofreu uma ligeira alteração, no respeitante, à introdução de mais uma faixa de estacionamento, no lado contíguo ao mercado municipal de Chaves. Neste contexto, foram adaptadas as infraestruturas, ora existentes, ora previstas no projeto, com principal relevância, nas colunas de iluminação pública (deslocalização das colunas IP) e caldeiras para as árvores a plantar. Para tal procedimento, mais concretamente, a deslocalização das colunas IP, foi necessário solicitar apreciação, por parte da EDP, tendo em atenção, que, ao se realizar tal trabalho, seria de todo oportuno substituir as colunas IP existentes, de fixação por maciços, por colunas cuja fixação será por enterramento, visto a nova localização não permitir a introdução de novos maciços, por colidirem com infraestruturas existentes. Contudo, já foi informada a entidade executante, no passado dia 10/01, que o referido trabalho já pode ser executado, por se encontrarem disponíveis na DRO as colunas para substituição das existentes; -----

II- A rede de abastecimento de água, está definida no projeto de execução, tendo sofrido pequenas adaptações na sua implantação, de modo a se poderem realizar os trabalhos, com as necessárias adaptações e ligações às infraestruturas existentes. A resolução de qualquer indefinição do projeto, foi resolvida, atempadamente e durante a execução dos trabalhos, não tendo sido, de modo algum, causa para qualquer tipo de atraso. O atraso foi da entidade executante, que não iniciou os respetivos trabalhos na data prevista no plano de trabalhos;

III- O projeto de execução, prevê a adaptação das infraestruturas da rede de águas pluviais, ao novo traçado da via de comunicação, pelo que a entidade executante devia acautelar, o tempo necessário para a execução de tais trabalhos; -----

IV- A desativação das colunas de IP, para remoção das raízes, poderia ter sido solicitada, atempadamente, se a entidade executante, cumprisse o plano de trabalhos. Tal trabalho resulta do abate das árvores, trabalho este contratualmente previsto; -----

V e VI- As infraestruturas existentes e que colidem com a implantação do novo projeto, obviamente, devem ser reformuladas e adaptadas, de modo a funcionarem regularmente, situações estas, que por serem de resolução simples, não têm expressão ou causam quaisquer atrasos, que condicionem a conclusão da obra, no prazo contratualmente estabelecido; -----

VII- As condições climatéricas adversas, podem de facto condicionar a correta execução de determinados trabalhos, nomeadamente, a aplicação de massas betuminosas a quente. -----

3- Foi desde o início dos trabalhos, prevenida a entidade executante, para o integral cumprimento do plano de trabalhos e consequentemente o cumprimento dos prazos de execução, sendo que, qualquer proposta de alteração de trabalhos, nunca poderia por em risco a conclusão da obra no prazo contratualmente estabelecido, salvo eventual exceção, antecedida da devida autorização do Dono de obra. Contudo, devido aos atrasos consecutivos na execução dos trabalhos, retratados no incumprimento do plano de trabalhos e respetiva faturação mensal, permitiu ao Dono de Obra, poder introduzir pequenas alterações ao projeto, nomeadamente, reorganizar as zonas de estacionamento e o espaçamento para a plantação de árvores, junto ao mercado municipal;

4- As alterações efetuadas pelo dono de obra, nomeadamente, nas pequenas alterações das larguras das zonas de estacionamento, ou na criação de mais lugares de estacionamento, respeitam sobretudo a ajustes na implantação do projeto, resultam de situações pontuais, onde se mantêm os mesmos materiais, as quais, não conduziriam a quaisquer atrasos, se os trabalhos decorressem de acordo com o plano de trabalhos estabelecido. Note-se que a área de intervenção da obra é extensa, pelo que, os ajustes efetuados, permitiriam sempre avançar com as frentes de trabalho, nunca pondo em risco o cumprimento do prazo para a conclusão da obra, nem provocando atrasos na entrega de materiais, uma vez que se mantem os mesmos materiais; -----

5- Na atual conjectura da construção e pela análise efetuada, no desenrolar dos trabalhos efetuados até à data, constata-se que a falta de mão-de-obra, tem sido o fator determinante, para o incumprimento dos prazos de execução estabelecidos no respetivo plano de trabalhos da obra, sendo tal facto da exclusiva responsabilidade do adjudicatário; -----

6- Como se pode verificar pela faturação mensal, a entidade executante não cumpriu, o plano de trabalhos e de pagamentos, contratualmente estabelecidos, tendo sempre comunicado ao Dono de obra que reforçaria todos os meios necessários, de modo a concluir a obra dentro do respetivo prazo de execução. Apesar dos propósitos da entidade executante, os mesmos não foram suficientes e capazes de recuperar os atrasos verificados, refletindo-se agora no incumprimento da conclusão da obra, dentro do prazo contratual. -----

III - Da Proposta em sentido estrito -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra, torna-se impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

1- A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

2- De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma

prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 35 dias; -----

3- De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor; -----

4- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada e solicitar num prazo máximo de 5 dias o plano de reprogramação dos trabalhos. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação, a data para a conclusão da obra, é de 23 de fevereiro de 2018. -----

É tudo quanto me cumpre informar. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 19 de janeiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.^a) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.01.18. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.16. ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE REVISÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS -INFORMAÇÃO 21/DSCH/18-TÉCNICO: CHEFE DE DIVISÃO ANTÓNIO MALHEIRO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - ANTECEDENTES -----

Em 18 de Janeiro de 2010 foi aprovada pelo Executivo Municipal a constituição de uma Comissão Municipal responsável pela revisão dos projetos de execução, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos. -----

A sua composição foi posteriormente definida por intermédio do Despacho n.º 8/GAPV/2010 de 16 de Abril de 2010. -----

Em reunião plenária de 11 de Maio de 2010 a Comissão aprovou o seu Regulamento de Organização e Funcionamento, e foi dado conhecimento deste ao Executivo Municipal na reunião de 24 de Maio de 2010. -----

Foi posteriormente aprovada, em reunião de Câmara de 8 de Maio de 2012, uma alteração da composição dessa comissão. -----

2 - ANÁLISE/PARECER -----

A revisão dos projetos de execução tem em vista incrementar a qualidade global, permitindo assim que na contratação, acompanhamento e fiscalização das obras sejam obtidos ganhos na sua qualidade, nos custos globais e nos prazos de execução. -----

O CCP impõe, nos casos previstos na supracitada norma, que os projetos de execução sejam objeto de prévia revisão por pessoa singular ou

coletiva, devidamente qualificada para a elaboração desse projeto, e distinta do autor do mesmo. -----

A criação desta comissão municipal vocacionou-a especificamente para a revisão dos projetos de execução enquadráveis nas condições definidas no n.º 2, do artigo 43.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade de casuisticamente se recorrer à contratação desses serviços a entidades externas ao município sempre que, por razões da natureza, dimensão, complexidade ou do volume dos projetos que tenha em análise, a CMRP não disponha da capacidade de resposta adequada. - A referida Comissão tem um carácter manifestamente interdisciplinar, assegurando, entre outras, as áreas da Arquitetura e da Engenharia, fundamentais para o cumprimento das tarefas de revisão que lhe são atribuídas. -----

Neste contexto e consideradas as alterações entretanto ocorridas na estrutura orgânica do Município, e a recente entrada em vigor de uma alteração ao CCP que veio impor condições mais exigentes à obrigatoriedade da revisão de projetos, torna-se oportuno e necessário alterar a composição da CMRP. -----

Não existe qualquer alteração relevante da legislação que justifique de imediato a revisão do Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão Municipal responsável pela Revisão de Projetos no âmbito do Código dos Contratos Públicos. No entanto o seu artigo 2.º define a composição da CMRP, que agora se pretende alterar, pelo que também é oportuna a sua alteração pontual. -----

3 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo aos factos expostos propõe-se que este assunto seja submetido à próxima reunião do executivo municipal com vista a: -----

a) Aprovar a presente proposta de alteração da composição da Comissão Municipal de Revisão de Projetos, criada no âmbito do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, que passa a ter a seguinte composição: -----

Presidente: -----

- António José Pereira Malheiro Rodrigues, arquiteto (chefe de Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico). -----

Vogais efetivos: -----

- Rodrigo Alberto Lopes Moreira, arquiteto (chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade); -----

- João Carlos Botelho Geraldês, engenheiro civil (chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território); -----

- Artur Lopes Baltazar, engenheiro civil (técnico superior do Departamento de Coordenação Geral); -----

- José Luís Figueiredo Araújo, engenheiro eletrotécnico (técnico superior da Divisão de Recursos Operacionais). -----

Vogais Suplentes: -----

- Ana Isabel Morais Gomes Augusto, arquiteta (técnico superior da Divisão Gestão e Ordenamento do Território); -----

- Abel Teixeira Peixoto, engenheiro civil (chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade); -----

- Carlos Delmar Emiliano Martins Fernandes, engenheiro civil (chefe de Divisão de Águas e Resíduos); -----

- José Paulo Roxo Pires da Fonte, arquiteto (técnico superior da Divisão de Projetos e Mobilidade); -----

- Nuno Bento Rodrigues, engenheiro eletrotécnico (técnico superior da Divisão de Projetos e Mobilidade). -----

b) Aprovar a nova redação do Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão Municipal responsável pela Revisão de Projetos no âmbito

do Código dos Contratos Públicos, com a alteração do seu artigo 2.º -
Composição da CMRP; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á dar
conhecimento do teor integral da presente proposta a todos os
colaboradores municipais cuja designação ora se sugere. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 2018.01.19.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara.** -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar
com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor
da mesma. Notifique-se. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

**1. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS,
AO ABRIGO DA LEI N.º 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO
DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO N.º 05/GNE/2018, DATADA DE 19 DE
JANEIRO DE 2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE2017), aprovada pela Lei
n.º 42/2016 de 28 de dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o
regime aplicável às aquisições de serviços. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 49º, "a celebração ou
renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente
comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato,
ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a
fixar por portaria deste"; -----

No entanto o n.º 12, do art.º 49.º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido n.º 4 é feita ao órgão executivo; -----

Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49.º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato;-----

Neste enfoque, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, por forma a cumprir, dentro do prazo legalmente estabelecido, o dever de comunicação, anteriormente, mencionado. -----

2. PROPOSTA/DECISÃO: -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia de atuação: -----

Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 19 de janeiro de 2018. -----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: A referida listagem da celebração de Contratos de Aquisição de Serviços. -----

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (Lei 42/2016 de 28/12, n.ºs 4 e 12, do art.º 49.º)-----

Ajuste Direto	Designação do Procedimento	Data			Adjudicatário		Valor do Contrato
		Abertura do Procedimento	Adjudicação	Contrato			
AD N.º 54/SC/2017	Prestação de Serviços de Direção Técnica de Exploração da Concessão Hidromineral e Geotérmica de Chaves.	10.11.2017	23.11.2017	29.12.2017	Nome:	TARH - Terra, Ambiente e Recursos Hídricos, Lda.	€ 36 432,00 (S/Iva)
					Sede:	Rua Forte do Monte Cintra, n.º 1 - 2.º C, 2685-141 Sacavém	
AD N.º 61/SC/2017	Prestação de Serviços na Área de Seguros.	21.12.2017	28.12.2017	11.01.2018	Nome:	Willis - Corretores de Seguros, S.A.	€ 147 998,03 (Isento de Iva)
					Sede:	Avenida da Liberdade, n.º 49 - 4º, 1250-139 Lisboa	

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL****2.1. RESOLUÇÃO/REVOGAÇÃO DO CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DO LOTE B16 DO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES". REQUERENTE: R.J.M. MADEIRAS, LDA. - NIPC 508164850. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 07/GNE/2018.**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. ENQUADRAMENTO -----

1. A sociedade por quotas "R.J.M. Madeiras, Lda.", NIPC 508164850, com sede social no Parque de Atividades de Chaves, Lote B 16, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, através de carta com o registo, nos serviços municipais, 2017, DCG, E,G, 4038, 24-05-2017, vem solicitar a revogação do contrato-promessa de aquisição do Lote B16 do loteamento do "Parque de Atividades de Chaves", situado na freguesia de Outeiro Seco, deste concelho, e a devolução da importância de €6 196,35 (seis mil, cento e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos) paga a título de sinal, no âmbito da celebração do citado contrato promessa. -----

2. Relevam para o pedido, os seguintes factos: -----

2.1. A requerente apresentou candidatura para aquisição de um Lote industrial, no âmbito de procedimento público de alienação dos Lotes do "Parque de Actividades de Chaves", tendo-lhe sido adjudicado o Lote B16, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco com o Artigo 3112º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 3383/20070131. -----

2.2. O preço da aquisição foi estabelecido em €61 963,50, tendo a interessada outorgado o contrato-promessa de compra e venda do dito Lote em 10 de outubro de 2007, mediante o pagamento de 10% daquele valor ou seja, €6 196,35, a título de sinal - Cláusula 3ª do referido contrato -. -----

2.3. A escritura de compra e venda teria que ser formalizada até ao dia 16 de novembro de 2007 - nº 1, Cláusula 5ª do dito contrato -, com liquidação, nesse ato, do restante do preço, o que não veio a suceder. -----

2.4. A requerente justifica tal situação com o facto de, na atualidade, o valor do lote ser inferior ao contratualizado, sendo certo que, em sede de atendimento o gerente da requerente esclareceu que a diferença do valor inicial da venda para os valores atuais da alienação, permitem à empresa, prosseguir com a realização do investimento - construção -, para o qual, à data da celebração do contrato promessa de compra e venda, não conseguiram obter o necessário financiamento bancário, situação que, naquela altura, testemunhamos no âmbito do procedimento da marcação da escritura. -----

2. JUSTIFICAÇÃO -----

1. O contrato-promessa encontra-se regulado nos Artigos 410º e seguintes do Código Civil, sendo, no caso em apreço, um contrato bilateral, que se encontra assinado por ambas as partes, para efeitos do nº2, do referido Artigo 410º. -----

2. Nos termos dos Artigos 432º e seguintes do referido Código as partes podem usar da faculdade de resolver/revogar o contrato, a qual tem efeitos retroativos. -----

3. A justificação apresentada pela empresa, para a não celebração do contrato prometido não está dissociada da crise económica global

que emergiu em finais de 2007, e culminou, em 2011, em Portugal, com o programa de assistência financeira internacional, pelo que, à semelhança de outros contratos-promessa, à data e para aquele parque empresarial celebrados, o contrato-promessa deverá ser resolvido e restituída a importância que tinha sido entregue, com a assinatura do contrato prometido. -----

4. A resolução/revogação, por mútuo acordo, do contrato-promessa, ora em causa, terá por efeito a disponibilidade do retro identificado Lote B16, no domínio patrimonial da autarquia, e a possibilidade de o mesmo poder vir a integrar o conjunto de lotes a serem objeto de procedimento concursal tendente à alienação /locação dos lotes do "Parque Empresarial de Chaves", caso os órgãos municipais competentes decidam, administrativamente, prosseguir com as medidas de incentivo à dinamização e fixação de empresas, adotada pelo anterior executivo camarário. -----

3. PROPOSTA / DECISÃO -----

Face aos factos e preceitos legais acima apontados sugere-se a adopção dos seguintes procedimentos: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a ser declarada, expressamente, a resolução/revogação do contrato-promessa de compra e venda, outorgado com a requerente em 10 de outubro de 2007, em conformidade com o disposto no Artigo 432º e seguintes do Código Civil, devendo a mesma declaração ser comunicada à interessada, por carta registada; -----

b) Consequentemente, e por efeitos da declaração da resolução/revogação do contrato, deverá ser restituída, à interessada, a retrocitada importância de €6 196,35 (seis mil, cento e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos); -----

c) Alcançado tal objetivo, deverá a requerente ser notificada da decisão que vier a ser praticada, nos termos do artigo 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) Por fim, caso a presente proposta tenha acolhimento favorável, deverá a mesma ser reencaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para efeitos da operacionalização da comunicação da resolução/revogação do contrato e notificação da decisão que recair quanto ao pedido objeto do requerimento em análise, bem como ser reencaminhada para a Divisão de Gestão Financeira, para que esta unidade orgânica despolete os procedimentos necessários à aludida restituição e para a Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, para efeitos de actualização da base de dados referente aos lotes disponíveis no Parque de Atividades de Chaves. -----

À consideração do Director de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 19 de janeiro de 2017. -----

A Técnica Superior, Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Carta e respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO - 2017. INFORMAÇÃO Nº 1/DGF/SE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO -----

a) Considerando que nos termos do art.49 da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, podem os Municípios contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira, nos termos da Lei; -----

b) Considerando que os contratos de empréstimo, de médio e longo prazo, incluindo os empréstimos contraídos no âmbito dos mecanismos de recuperação financeira municipal, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objecto de aprovação, por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções; -----

c) Considerando que, nos termos da al.f, do nº1, do Artº 25º do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a contracção de empréstimos; -----

d) Considerando que, mediante autorização recolhida em sessão extraordinária da assembleia Municipal realizada em 16 de Julho de 2014, para celebração de empréstimo para saneamento financeiro, mediante proposta nº60/DCG/2014, bem como na sequência da aprovação da proposta nº128/GAP/2014, de 16 de Dezembro de 2014, veio a ser aprovado o montante de empréstimo para 13.042.328,00€, em respeito pelas orientações proferidas pelo Tribunal de Contas; -----

e) Considerando que os empréstimos contratualizados junto do BPI (9.735.514,00€) e CGD (3.306.841,00€) obtiveram o competente visto do Tribunal de Contas em 26 de Dezembro de 2014, tendo sido a respectiva verba liberada e utilizada ainda no ano de 2014, para pagamento das faturas constante do Anexo I, ao de plano de saneamento financeiro - lista de faturas a sanear com o empréstimo para saneamento financeiro; -----

f) Considerando que, nos termos do disposto no nº6 do Artº59 da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, cabe ao Município acompanhar o plano de saneamento, "através da elaboração de relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro pela Câmara Municipal e da sua apreciação pela Assembleia Municipal"; -----

g) Considerando ainda que, de acordo com o disposto na al.c) do nº5 do mesmo Artigo, fica o Município obrigado a remeter, à DGAL, relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro, no prazo máximo de trinta dias, a contar do final do semestre a que reportam; -----

h) Considerando que, sem prejuízo da submissão da presente proposta ao órgão deliberativo municipal, na sua sessão a realizar no mês de Fevereiro, dever-se-á promover, após a aprovação pela Câmara Municipal, o envio do aludido relatório, para a DGAL, no cumprimento do referido Art. 59º, nº5, al.c), da Lei 73/2013 de 3 de Setembro; --

2. PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

a) Face ao exposto, nos termos do previsto no Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pelos órgãos competentes, cumpre-nos submeter ao Sr. Presidente da Câmara o relatório de acompanhamento do Saneamento Financeiro, relativo ao ano 2017; -----

b) Face aos resultados anuais referentes ao exercício de 2017, vertidos em mapa anexo, considera-se pertinente promover, a curto prazo, uma revisão às medidas constantes do Plano de Saneamento aprovado, tendo em vista a sua eventual substituição, por outras,

superiormente consideradas relevantes, e a sua aprovação pelos órgãos municipais competentes e submissão posterior a visto do Tribunal de Contas; -----

c) A presente proposta deverá ainda ser submetida à próxima reunião do executivo municipal, tendo em vista o envio para a DGAL no prazo máximo de 30 dias, após o fim do semestre a que reporta; -----

d) A presente proposta será submetida para apreciação ao órgão deliberativo municipal, na sua sessão de Fevereiro; -----
À consideração Superior. -----

Chaves, 3 Janeiro de 2018 -----
Carla Granjo -----

Anexo: Mapa de acompanhamento do Saneamento Financeiro - 2017 -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.01.22. -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 22.01.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

De seguida, usou, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - Embora este assunto seja só para conhecimento deste Executivo, é notório que os dados financeiros vertidos, no plano, em apreciação, não deixam de constituir uma surpresa, sobretudo, na lógica das despesas públicas realizadas, durante o período temporal registado, nomeadamente, na área da energia elétrica e das transferências correntes, mediante a concessão de apoios municipais. -----

2 - Tais desvios ao plano de saneamento irão implicar, seguramente, uma correção e/ou revisão do dito plano, matéria que é sensível e preocupante. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

1 - Relativamente à quebra de receitas municipais, no âmbito da cobrança e arrecadação do IMI, a mesma resultou, sobretudo, das isenções concedidas às famílias e às comunidades de emigrantes. -----

2 - O indicador mais preocupante prende-se com o aumento da despesa, diga-se, relativamente significativo, na área da eficiência energética. -----

3 - Nesta área, é de ponderar, a curto prazo, a contratação de serviços de auditoria externa, em vista a um melhor controlo interno, desta área de intervenção municipal, particularmente, no fornecimento de iluminação pública. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, agradecido a recomendação apresentada, sobre a matéria, pelo Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira. -----

Todavia, na presente data, a autarquia já esta, internamente, a fazer a avaliação sugerida, no âmbito da eficiência energética. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, enquanto morador de um prédio localizado, junto à escola Dr. Júlio Martins, e representante dos demais moradores. -----

As obras que estão a ser realizadas, na Av. Irmãos Rui e Garcia Lopes, já tiveram três interrupções. -----

Quando começaram a ser colocados os passeios, na zona de intervenção do prédio, houve uma ocupação abusiva do parque de estacionamento que serve os respetivos moradores. -----

Foi feita, inicialmente, embora sem sucesso, uma tentativa de embargo das respetivas obras. -----

Perante tal cenário, os serviços técnicos municipais responsáveis tentaram resolver a situação, em coordenação com o proprietário do prédio e com o empreiteiro. -----

Na qualidade de representante dos demais inquilinos, abordando o assunto com o atual vereador responsável, Eng. Victor Santos, foi possível chegar a um consenso: -----

- a reparação dos acessos às respetivas garagens que servem os prédios aí localizados, sendo certo que o problema seria, rapidamente, resolvido. -----

No entanto, o fiscal da Câmara, divergindo da solução, superiormente, determinada, veio a manifestar a sua oposição à boa materialização da mesma, e consensualizada, entre a Sra. Eng. Madalena, técnica da autarquia, e o Vereador Responsável, Sr. Eng Victor Santos. -----

Passado este tempo todo, a palavra dada não foi honrada. -----

Trata-se de um prédio onde habitam pessoas de idade, sendo certo que esta situação já se arrasta há mais de um mês, sem que os acessos sejam, devidamente, reparados. -----

A fiscalização da obra vem tomando uma posição contrária a todas as soluções, aparentemente, acordadas, sobre a matéria. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo solicitado, sobre a matéria, os devidos esclarecimentos, junto do Vereador Eng. Victor Santos, o qual, prestou, verbalmente, a seguinte informação: -----

A autarquia vem revelando boa vontade, no sentido de atender a todos os pedidos formulados, pelos respetivos moradores, embora a mesma não disponha ou não tenha essa obrigação legal. -----

Se existe algum conflito, sobre a matéria, entre o encarregado do empreiteiro contratado e os serviços técnicos da autarquia, tal, eventual, desentendimento, diga-se, o qual não era do seu conhecimento, irá, seguramente, ser ultrapassado, na linha da boa vontade e disponibilidade da Autarquia, em vista à boa resolução deste assunto. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

Esta situação irá ser, rapidamente, avaliada, m vista à programação da intervenção no sentido de ser garantida a respetiva acessibilidade ao prédio, em causa. -----
Tal plano de ação irá ser, oportunamente, levado ao conhecimento de todos os interessados. -----

De seguida, usou da palavra a Senhora Dra. Maria de Fátima Ribeiro, tendo, sumariamente, solicitado, junto do Presidente da Câmara, esclarecimentos relacionados com o corte de arvores plantadas, em espaço público municipal, nomeadamente, na Av. Nuno Alvares e Av. dos Bombeiros. -----
Estes factos têm sido recorrentemente divulgados, na comunicação social - radio -. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
Foi elaborado um relatório técnico, sobre a matéria, em apreciação, apontando o mesmo, no âmbito da execução das obras descritas, para a necessidade de substituição de algumas arvores plantadas, em zona de domínio público municipal, por razões de segurança de pessoas e de bens. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua exectoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
